

## Pregão Eletrônico nº 20260002-SETUR

Processo nº 36001.001741/2025-10

UASG: 943001

Número Comprasnet: **90209/2026**

A Secretaria do Turismo do Ceará – SETUR, por intermédio do pregoeiro e do membro da equipe de apoio designados por ato do Governador do Estado, que ora integra os autos, torna público que realizará licitação na modalidade PREGÃO, na forma eletrônica.

### 1. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO E DO MODO DE DISPUTA

1.1. O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO POR ITEM**, conforme tabela constante do Termo de Referência.

1.2. O modo de disputa será o Aberto e Fechado.

### 2. DO REGIME DE EXECUÇÃO INDIRETA

2.1. O regime de execução indireta se dará por **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**.

### 3. DA BASE LEGAL

3.1. A licitação se encontra baseada na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e suas alterações; Lei Estadual nº 18.417, de 11 de julho de 2023; Lei Federal nº 14.682, de 20 de setembro de 2023, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; Lei Complementar Estadual nº 65, de 3 de janeiro de 2008, Lei Complementar Estadual nº 134, de 7 de abril de 2014, Decreto Estadual nº 35.067, de 21 de dezembro de 2022 e suas alterações, Decreto Estadual nº 35.283, de 19 de janeiro de 2023, Decreto Estadual nº 35.726, de 30 de outubro de 2023, Portaria PGE/GAB nº 36, de 8 de março de 2024 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

### 4. DO OBJETO

4.1. O objeto da licitação é a prestação dos serviços de locação de 03 (três) veículos SUV de grande porte por aluguel mensal, sem motorista, sem combustível e com quilometragem livre; e serviço de locação de 01 (um) ônibus executivo com capacidade para 45 passageiros, com motorista, com combustível, faturado por quilômetro rodado, para atender às necessidades da Secretaria do Turismo do Ceará, nas condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

### 5. DO ACESSO AO EDITAL, DO LOCAL DE REALIZAÇÃO E DO PREGOEIRO

5.1. Este edital está disponível gratuitamente nos sítios [www.portalcompras.ce.gov.br](http://www.portalcompras.ce.gov.br) e <https://www.gov.br/compras/pt-br/acesso-a-informacao/consulta-detalhada>.

5.2. O certame será realizado por meio do sistema do Compras.gov.br, no endereço eletrônico <https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortal.asp>, pelo pregoeiro Marcelo Soares da Mota.

5.3. A audiência requerida por representante de licitante ou interessado em participar de licitação, com o fito de despachar sobre recurso ou impugnação de sua autoria junto à Central de Licitações da Procuradoria-Geral do Estado, será realizada conforme disposto na Portaria/PGE nº 38/2022, publicada na pg. 18 do DOE de 17/03/2022.

5.4. A equipe de apoio atende pelo telefone de nº (85) 3125.9398 e pelo e-mail: [licitacao@pge.ce.gov.br](mailto:licitacao@pge.ce.gov.br).

## **6. DAS DATAS E HORÁRIOS DO CERTAME**

**6.1. INÍCIO DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: 16/04/2026.**

**6.2. DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: 05/05/2026, às 10h30min.**

**6.3. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 05/05/2026, às 10h30min.**

6.4. REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo utilizadas pelo sistema será observado o horário de Brasília/DF.

6.5. Na hipótese de não haver expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data prevista, a sessão será remarcada, para no mínimo 48 h a contar da respectiva data, exceto quando remarcada automaticamente pelo próprio sistema eletrônico.

## **7. DO ENDEREÇO E HORÁRIO DA CENTRAL DE LICITAÇÕES**

7.1. Central de Licitações/PGE, Av. Dr. José Martins Rodrigues, nº 150, Bairro Edson Queiroz, Fortaleza – Ceará, CEP. 60811-520, CNPJ nº 06.622.070/0001-68.

7.2. Horário de expediente da Central de Licitações: das 8 h às 12 h e das 14 h às 18 h.

## **8. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

8.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado.

8.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

8.2.1. Gestão/Unidade: 36100007 – GESTÃO DO TURISMO (GESTU);

8.2.2. Fonte de Recursos: 500 (TESOURO ESTADUAL);

8.2.3. Programa de Trabalho: 20988 – Manutenção dos Equipamentos Turísticos;

8.2.4. Elemento de Despesa: 339039 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA;

## **9. DA PARTICIPAÇÃO**

9.1. Poderão participar deste certame os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira-ICP-Brasil.

9.1.1. A participação implica a aceitação integral dos termos deste edital.

9.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas relacionados no subitem anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à

alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou da Central de Licitações responsável pelo processamento das licitações, por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

9.3.1. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9.3.2. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

9.4. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no art. 16 da Lei nº 14.133/2021 e para o microempreendedor individual – MEI, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006.

#### **9.5. Não poderão disputar esta licitação:**

9.5.1. Aquele que não atenda às condições deste edital e seus anexos;

9.5.2. Empresa em estado de insolvência civil, sob processo de falência, dissolução, fusão, cisão, incorporação e liquidação.

9.5.3. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, observado o § 1º do art. 14 da Lei nº 14.133/2021;

9.5.4. Agente público do órgão ou entidade licitante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme §1º do art. 9º da Lei nº 14.133/2021. A vedação é estendida a terceiros que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

9.5.5. Empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

9.5.6. Empresa ou sociedade cooperativa cujo estatuto ou contrato social não inclua em seu objetivo social atividade compatível com o objeto do certame, e ainda, que não atendam o art. 16 da Lei nº 14.133/2021;

9.5.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição;

9.5.8. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

9.5.9. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

9.5.10. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação deste edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

9.5.11. Pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas nas hipóteses do §5º do art.14 da Lei nº 14.133/2021, ou que seja declarada inidônea nos termos da referida Lei.

9.5.12. Consórcio, qualquer que seja sua constituição, conforme justificativa constituída nos autos, nos termos do art. 15, caput, da Lei nº 14.133/2021.

## **10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021, ou para solicitar esclarecimento sobre seus termos, devendo encaminhar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame, no endereço eletrônico citado no subitem 10.3 abaixo.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada por meio do sistema utilizado na realização do certame, no prazo de até 3 (três) dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da sessão pública. As respostas divulgadas vincularão os participantes e a Administração.

10.2.1. As decisões do pregoeiro, sempre que necessário, se darão baseadas nos pareceres e laudos emitidos pelas áreas técnicas e jurídicas do órgão e entidade promotora da licitação ou, conforme o caso, pela Comissão Central de Avaliação de Impugnações e Recursos em Licitação, nos termos do § 1º do art. 24 e § 3º do art. 94 do Decreto Estadual nº 35.067/2022, alterado pelo art. 1º do Decreto Estadual nº 36.863/2025, e nos termos dos §§ 2º e 3º do art. 24 do Decreto Estadual nº 35.067/2022.

10.2.2. Na impossibilidade de resposta à impugnação no prazo citado no subitem 10.2, o pregoeiro poderá adiar a abertura da sessão pública, mediante aviso no sistema utilizado na realização do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados exclusivamente por meio eletrônico, no endereço [licitacao@pge.ce.gov.br](mailto:licitacao@pge.ce.gov.br), até as 23h59min, com a informação do nº do pregão, o órgão ou entidade promotor da licitação e pregoeiro responsável.

10.3.1. As impugnações apresentadas deverão ser subscritas por representante legal mediante comprovação, sob pena do seu não conhecimento.

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

## **11. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

11.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 765.124,44 (Setecentos e sessenta e cinco mil, cento e vinte e quatro reais e quarenta e quatro centavos), conforme os custos unitários apostos na tabela constante do item 2 do Anexo I – Termo de Referência.

## **12. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA ELETRÔNICA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

12.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

12.1.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

12.2. Após o julgamento da proposta, o licitante vencedor deverá enviar no prazo de **2 (duas) horas**, prorrogável uma vez por igual período, contado da convocação do pregoeiro, os documentos de habilitação.

12.3. Após a entrega dos documentos para habilitação e/ou proposta, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência conforme art. 64 da Lei nº 14.133/2021. O licitante deverá enviar os documentos complementares via sistema utilizado na realização do certame, no prazo de **2 (duas) horas** a contar da solicitação.

12.3.1. Não se caracterizam documentos novos aqueles que venham a comprovar fatos existentes à época da abertura da sessão, com respaldo no previsto no Acórdão 1211/2021-TCU-Plenário.

12.3.2. Realizada a diligência, o não envio das informações ou documentos no prazo estabelecido pelo pregoeiro, ensejará a preclusão desse direito, resultando na inabilitação e/ou desclassificação do licitante.

12.4. A não apresentação de declarações formais e/ou termos de compromissos exigidos, não implicará a desclassificação ou inabilitação imediata do licitante. Compete ao pregoeiro mediante diligência, conceder o mesmo prazo estabelecido no subitem 12.3 para o devido saneamento, em respeito aos princípios do formalismo moderado e da razoabilidade.

12.5. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

12.5.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para



atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

12.5.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição;

12.5.3. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

12.5.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme disposto no art. 63, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021;

12.5.4.1. Quando solicitado pela Administração, a comprovação da reserva de cargo poderá se dar da seguinte forma:

I – Realização de processos seletivos;

II – Divulgação ampla das oportunidades de vagas em meios acessíveis, tais como: internet, rádio, televisão, jornais de grande circulação;

III – Programas de inclusão promovidos pela licitante;

IV – Parcerias com entidades especializadas na busca ativa por candidatos que se enquadrem nas condições previstas neste subitem.

12.5.4.2. É admissível outros meios legais de prova que demonstrem esforços concretos para o preenchimento das vagas de que trata o subitem 12.5.4.

12.5.5. Desenvolve programa de integridade nos termos previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, quando for o caso.

12.5.6. O licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou a sociedade cooperativa que cumpra os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133/2021, deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133/2021;

12.5.6.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “*não*” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

12.5.6.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “*não*” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que seja microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

12.6. A falsidade das declarações de que tratam os subitens 12.5.1 ao 12.5.6, sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e neste edital.

12.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas no sistema, até a abertura da sessão pública.

12.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

### **13. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

13.1. O licitante deverá enviar sua proposta eletrônica com o preenchimento obrigatório de todos os campos solicitados no sistema.

13.1.1. O não preenchimento correto dos campos ensejará a desclassificação do licitante.

13.1.2. Os preços globais deverão ser expressos em reais, com até 2 (duas) casas decimais.

13.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

13.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

13.4. Os preços ofertados, tanto na proposta eletrônica, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

13.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

13.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

13.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, e quando for o caso, de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual.

13.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data da sua apresentação.

13.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos pela Administração.

13.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelos Tribunais de Contas e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do contratado ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento ou sobrepreço na execução do contrato.

### **14. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

14.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste edital, vedada a identificação do licitante, sob pena de desclassificação.

14.1.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

14.1.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

14.2. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

14.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

14.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar os lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**14.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário.**

14.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste edital.

14.7. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

14.8. O pregoeiro poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema, conforme disposto no § 3º do art. 37 do Decreto nº 35.067/2022.

14.9. Os licitantes somente poderão oferecer lances de valor unitário inferior ao último por eles ofertados e registrados pelo sistema.

14.10. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,01% (um centésimo), utilizando como referência o valor unitário do item.

14.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

14.11.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

14.11.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

14.12. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo licitante durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado por ele mesmo no sistema.



14.13. O valor final mínimo parametrizado na forma do subitem 14.11, possuirá caráter sigiloso para os demais licitantes e para o pregoeiro, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

14.14. Será adotado o modo de disputa **“aberto e fechado”** no qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

14.14.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

14.14.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da melhor oferta e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores ou àquela, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

14.14.3. O licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

14.14.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no subitem 14.14.2, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado o disposto no subitem 14.14.3.

14.14.5. Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

14.14.6. Encerrados os prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances na ordem crescente, conforme estabelecido no parágrafo único do art. 38 do Decreto nº 35.067/2022.

14.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

14.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances ao pregoeiro nem aos demais participantes.

14.17. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, sem prejuízos dos atos realizados.

14.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

14.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

14.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação

automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

14.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

14.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

14.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

14.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem anterior, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

14.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais, não seguidas de lances, ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

14.22. Em caso de empate entre duas ou mais propostas ou lances, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

14.22.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta ou lance em ato contínuo à classificação;

14.22.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei Federal nº 14.133/2021;

14.22.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, comprovado mediante a apresentação do Selo Empresa Amiga da Mulher, criado pela Lei Federal nº 14.682, de 20 de setembro de 2023 ou por quaisquer outros selos que representem ações de equidade entre homens e mulheres, criados pelos Estados e/ou Distrito Federal.

14.22.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme as diretrizes estabelecidas pela Controladoria-Geral do Estado ou, em sua ausência, pela Controladoria-Geral da União para as empresas privadas.

14.23. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

14.23.1. Empresas estabelecidas no território do Estado do Ceará;

14.23.2. Empresas brasileiras;

14.23.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

14.23.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

14.24. Permanecendo empate após aplicação de todos os critérios de desempate de que trata a lei, proceder-se-á o sorteio das propostas empatadas, pelo sistema Compras.gov.br, conforme Acórdão TCU nº 723/2024-Plenário.

14.24.1. Na impossibilidade do sorteio pelo sistema Compras.gov.br, serão adotadas as seguintes providências, a ser realizado em ato público:

I – Será comunicado, por meio do sistema, a data, o horário, o sítio eletrônico onde será realizado o sorteio, bem como a plataforma de transmissão ao vivo;

II – A data e o horário serão comunicados no prazo de 24 (vinte e quatro) horas que antecedem a realização do sorteio;

III – O resultado do sorteio será registrado na ata da sessão pública, divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

14.25. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste edital.

14.25.1. A negociação deverá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

14.25.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

14.25.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

14.26. A proposta deverá conter todas as especificações do objeto em atendimento ao Anexo I – Termo de Referência.

14.27. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado para no prazo de **2 (duas) horas**, prorrogável uma vez por igual período, na forma do art. 49 do Decreto Estadual nº 35.067/2022, após a negociação realizada, anexar a proposta adequada ao último lance por ele ofertado.

14.28. O prazo de validade da proposta readequada não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data da sua apresentação.

## 15. DA FASE DE JULGAMENTO

15.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, observado o previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no subitem 9.6 deste edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a

participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

I – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF);

II – Certificado de Registro Cadastral (CRC) CE.

III – Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes>); e

IV – Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes>).

15.1.1. A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429/1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

15.2. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte da empresa apontada no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

15.2.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

15.3. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

15.4. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

15.5. As decisões do pregoeiro se darão baseadas nos pareceres e laudos, nos termos previstos no subitem 10.2.1, deste edital.

15.6. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

15.7. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 14.27 deste edital.

15.8. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

15.9. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao referido benefício.

15.10. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste edital e em seus anexos.

15.11. **Será desclassificada a proposta vencedora que:**

15.11.1. Contiver vícios insanáveis;

- 15.11.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 15.11.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo ao definido para a contratação. No caso de agrupamento de itens, a proposta final para o grupo não poderá conter item com valor superior ao estimado pela Administração.
- 15.11.4. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 15.11.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste edital ou seus anexos, desde que insanável;
- 15.12. A ausência de documentos possíveis de ser verificados em sites oficiais, não é motivo de desclassificação.
- 15.13. A inexequibilidade da proposta, conforme disposto no art. 55 do Decreto Estadual nº 35.067/2022, alterado pelo art. 1º do Decreto Estadual nº 36.863/2025, somente será reconhecida após a realização de diligência pela(s) área(s) técnica e/ou jurídica, conforme o caso, do órgão ou entidade promotora da licitação, que comprove:
- I – que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
  - II – inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

## **16. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

- 16.1. Os documentos previstos no subitem 12 do Anexo I – Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 16.2. A habilitação será verificada por meio do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, do Governo Federal ou do Certificado de Registro Cadastral (CRC) emitido pela Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG), do Estado do Ceará, nos documentos de habilitação por eles abrangidos.
- 16.3. A verificação no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) ou a exigência dos documentos nele não contidos, somente será feita em relação ao licitante provisoriamente vencedor.
- 16.4. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 16.5. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação previstas neste edital.
- 16.6. Constatada a existência de sanção e/ou eventual descumprimento das condições de participação, o pregoeiro reputará o licitante inabilitado.
- 16.7. Os documentos de habilitação deverão ser apresentados ou pela matriz ou pela filial que estiver participando do certame, com exceção dos documentos que são válidos tanto para matriz como para as filiais como é o caso dos atestados de capacidade técnica. O contrato será celebrado com a sede que apresentou a documentação.
- 16.8. O documento obtido através de *sítios* oficiais, que esteja condicionado à aceitação via internet, terá sua autenticidade verificada pelo pregoeiro.



16.9. Os documentos têm que se encontrar dentro do prazo de validade. Na hipótese de o documento não constar expressamente a validade, este deverá ser acompanhado de declaração ou regulamentação do órgão emissor que disponha sobre sua validade. Na ausência de tal declaração ou regulamentação, o documento será considerado válido pelo prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de sua emissão, quando se tratar de documentos referentes à habilitação fiscal e econômico-financeira.

## 17. DOS RECURSOS

17.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

17.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata de julgamento da proposta, ou da habilitação ou inabilitação.

17.3. Quando a decisão do pregoeiro importar em abertura de prazo recursal, será comunicada a retomada da sessão pública com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, no sítio eletrônico utilizado para realização do certame.

17.3.1. Qualquer licitante poderá, durante o prazo de 10 (dez) minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

17.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

17.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

17.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

17.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

17.7.1. Caso o licitante entenda ser necessário o envio de documentos complementares para melhor entendimento das suas razões e/ou contrarrazões de recurso, deverá disponibilizar um *link* no corpo da peça, de maneira que os referidos documentos sejam de acesso livre ao pregoeiro e demais interessados.

17.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

17.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

17.10. Não serão conhecidos os recursos intempestivos e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo licitatório para responder pelo proponente.

17.11. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), naquilo que lhes couber e na Central de Licitações no endereço constante no subitem 7.1 deste edital.

## **18. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

18.1. Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, o licitante que, com dolo ou culpa:

18.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

18.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

18.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

18.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

18.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva ou;

18.1.2.4. Apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital;

18.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

18.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

18.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

18.1.5. Fraudar a licitação;

18.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

18.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

18.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

18.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

18.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

18.2. Com fulcro na Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

18.2.1. Advertência;

18.2.2. Multa;

18.2.3. Impedimento de licitar e contratar e

18.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

18.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

I – A natureza e a gravidade da infração cometida;

II – As peculiaridades do caso concreto;

III – As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV – Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V – A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

18.4. A sanção de multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado, conforme §3º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

18.5. A multa será recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

18.6. Para as infrações previstas nos subitens 18.1.1, 18.1.2 e 18.1.3, a multa será de 2% (dois por cento) do valor do contrato licitado.

18.7. Para as infrações previstas nos subitens 18.1.4, 18.1.5, 18.1.6, 18.1.7 e 18.1.8, a multa será de 20% (vinte por cento) do valor do contrato licitado.

18.8. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

18.9. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

18.10. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos subitens 18.1.1, 18.1.2 e 18.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

18.11. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos subitens 18.1.4, 18.1.5, 18.1.6, 18.1.7 e 18.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos subitens 18.1.1, 18.1.2 e 18.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021.

18.12. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no subitem 18.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta, se houver, em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

18.12.1. A exigência da garantia de que trata o subitem anterior, obedecerá ao disposto no art. 58 da Lei Federal nº 14.133/2021.

18.13. O licitante recolherá a multa por meio de Documento de Arrecadação Estadual (DAE), podendo ser substituído por outro instrumento legal, em nome do órgão contratante, se não o fizer, será cobrada em processo de execução.

## **19. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO**

19.1. A adjudicação do objeto e a homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade superior.

19.2. O sistema gerará o relatório de disputa e de adjudicação e homologação.

## **20. DA CONTRATAÇÃO**

20.1. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da convocação, para a assinatura do contrato. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez por igual período, desde que solicitado durante o seu transcurso e, ainda assim, se devidamente justificado e aceito.

20.1.1. O contrato poderá ser assinado por certificação digital, com autenticidade reconhecida pelo ICP-Brasil.

20.2. Na assinatura do contrato será exigida a comprovação das condições de habilitação exigidas neste edital, as quais deverão ser mantidas pelo contratado durante todo o período da contratação, a apresentação do Certificado de Registro Cadastral – CRC, emitido pela Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Ceará conforme inciso I do art. 25 do Decreto nº 35.322/2023 e, quando for o caso, o comprovante do recolhimento da garantia de execução, conforme estabelecido no item 6.2, do Termo de Referência.

20.3. Na hipótese de sociedades Empresárias Estrangeiras, estas deverão apresentar, conforme o caso, o registro perante a entidade profissional competente no Brasil, no momento da contratação, conforme §7º do art. 67 da Lei 14.133/2021.

20.4. Será exigida, ainda, a comprovação de abertura de conta no Banco BRADESCO.

20.5. Quando o adjudicatário não comprovar as condições habilitatórias consignadas neste edital, ou se recusar a assinar o contrato, poderá ser convidado outro licitante pelo pregoeiro, desde que respeitada a ordem de classificação, para, depois de comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar o contrato.

20.6. A forma de pagamento, prazo contratual, obrigações, reajuste, recebimento e demais condições aplicáveis à contratação estão definidas, conforme o caso, nos Anexos I e III – Termo de Referência e Minuta do Termo de Contrato, parte integrante deste edital.

### **20.7. Da Subcontratação**

20.7.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, em razão da devida justificativa exposta nos autos do processo, conforme Acórdão 2450/2025-Plenário.

### **20.8. Da Garantia contratual**

20.8.1. Será exigida garantia contratual nos termos e prazos estabelecidos no subitem 6.2 do Termo de Referência. A não prestação de garantia equivale à recusa injustificada para a contratação, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida, ficando a adjudicatária sujeita às penalidades legalmente estabelecidas, inclusive multa.

## **21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

21.1. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

21.2. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

21.3. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

21.4. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, excluir-se-ão os dias de início e incluir-se-ão os dias de vencimento. Os prazos estabelecidos neste edital para a fase externa se iniciam e se vencem somente nos dias e horários de expediente da Central de Licitações. Os demais prazos se iniciam e se vencem exclusivamente em dias úteis de expediente da contratante.

21.5. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

21.5.1. Erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica, serão sanados pelo pregoeiro mediante decisão em despacho fundamentado, registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação, conforme inciso VIII do art. 24, o § 4º do art. 75 e o inciso V do art. 98, todos do Decreto Estadual nº 35.067/2022.

21.5.2. Considera-se, dentre outros, erro no preenchimento da proposta, passível de correção, os erros aritméticos, a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

21.6. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

21.7. É facultada ao pregoeiro ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório.

21.8. O descumprimento de prazos estabelecidos neste edital e/ou pelo pregoeiro ou o não atendimento às solicitações ensejará DESCCLASSIFICAÇÃO ou INABILITAÇÃO do licitante.

21.9. Toda a documentação fará parte dos autos e não será devolvida a licitante, ainda que se trate de originais.

21.10. Os representantes legais dos licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

21.11. Os casos omissos serão resolvidos pelo pregoeiro, nos termos da legislação pertinente.

21.12. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste edital será o da Comarca de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará.



21.13. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Termo de Referência

ANEXO II – Carta Proposta

ANEXO III – Minuta do Termo de Contrato

Fortaleza/CE, 06 de abril de 2026.

**Bruno Gaspar Marques**

Secretário Executivo do Turismo

Ordenador de Despesas

Analizado e aprovado o processo da contratação pela assessoria jurídica

**Alex Curvello Arruda Lopes**

OAB-CE nº 37.909

Assessoria Jurídica

## ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 36001.001741/2025-10

UNIDADE REQUISITANTE: Secretaria do Turismo do Estado do Ceará – SETUR

### 1. DO OBJETO

1.1. Serviço de locação de 03 (três) veículos SUV de grande porte por aluguel mensal, sem motorista, sem combustível e com quilometragem livre; e serviço de locação de 01 (um) ônibus executivo com capacidade para 45 passageiros, com motorista, com combustível, faturado por quilômetro rodado, para atender às necessidades da Secretaria do Turismo do Ceará, de acordo com as especificações e quantitativos previstos neste Termo.

1.2. Este objeto será realizado através de licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM, sob regime de execução indireta do tipo EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO.

### 2. DAS ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | UNIDADE DE MEDI-DA | QUANTI-DADE | VALOR UNITÁRIO /MENSAL | VALOR GLOBAL /ANUAL |
|------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------|-------------|------------------------|---------------------|
| 1.   | <p><b>LOCAÇÃO DE 03 (TRÊS) VEÍCULOS SUV DE GRANDE PORTE – SERVIÇO DE LOCAÇÃO MENSAL DE VEÍCULO 4 X 4 SEM MOTORISTA</b></p> <p>LOCAÇÃO de veículo administrativo, utilitário, tipo SUV de <b>Grande Porte</b>, com as seguintes características: veículos com no máximo 24 meses de fabricação, em perfeito estado de conservação, sem histórico de sinistro estrutural, 5 (cinco) portas, capacidade mínima para 05 (cinco) passageiros, motor a partir de 2.0 CC, ou mínimo de 170 CV de potência; tração nas 4 rodas (4x4), DIESEL, transmissão automática com no mínimo 6 velocidades, piloto automático, direção assistida, sensores de estacionamento traseiros, ar-condicionado automático digital, abertura, travamento das portas e alarme, sistema de destravamento das portas por sensores na chave, vidros elétricos nas 4 portas, USB, Bluetooth, itens de segurança, conforto essencial, desempenho operacional, air bag (frontais, laterais e de cortina), freios ABS, bancos em couro ou parcialmente, com regulagem de altura motorista, banco rebatível, retrovisores externos elétricos, travas elétricas nas portas e porta-malas, capacidade do porta-malas no mínimo 200 (duzentos) litros com todos os bancos em uso, película de redução de calor e película de segurança escura (antivandalismo) nos vidros laterais e traseiros nas especificações da Resolução do CONTRAN n.º 960 de 17/05/2022, quilometragem livre, sem motorista, sem combustível, <b>SEGURO TOTAL</b> e todos equipamentos de série e exigidos por lei. <b>COR PRETA E/OU CINZA</b>. Marca/modelos de referência: Chevrolet Trailblazer 2.8 turbo diesel, Toyota Hilux SW4 2.8 turbo diesel ou similar e/ou superior.</p> <p><u>Considera-se similar ou superior o veículo que atenda integralmente aos requisitos mínimos</u></p> | MÊS                | 12          | R\$49.497,87           | R\$ 593.974,44      |

|    |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |    |        |            |                |
|----|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|--------|------------|----------------|
|    | <p><u>de desempenho, segurança, potência, tração e capacidade definidos neste TR, independentemente da marca.</u></p> <p>O quantitativo de veículos é de 03 (três) unidades, por mês, conforme necessidade, no período de 01 (um) ano.</p> <p>COMPRASNET: UNIDADE = MÊS</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |    |        |            |                |
| 2. | <p><b>LOCAÇÃO DE VEÍCULO – SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE 01 (UM) ÔNIBUS</b></p> <p>Serviço de locação para transporte de passageiros (INCLUINDO MOTORISTA E COMBUSTÍVEL) em veículo tipo Ônibus, com capacidade mínima para 45 (quarenta e cinco) passageiros sentados, vida útil de até 05 (cinco) anos ou conforme plano de manutenção comprovada ou aprovação em inspeção técnica que atenda as normas do CONTRAN e todos os componentes de segurança obrigatórios, ar condicionado, banheiro em perfeito estado de funcionamento e higiene, possuir seguro obrigatório, seguro total, inclusive contra terceiros, impostos atualizados, documentação regular, revisados e em perfeitas condições de uso e segurança, com a documentação em dia e regularizada perante o DETRAN (IPVA, Seguro Obrigatório e CRLV), impostos atualizados e em perfeito estado de conservação para o deslocamento em todo o território Estadual, o veículo deve atender o Programa de Controle de Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, além de todas as normas exigidas pelo Código de Trânsito Brasileiro.</p> | KM | 20.000 | R\$ 8,5575 | R\$ 171.150,00 |

2.1. Havendo divergências entre as especificações deste anexo e as do sistema, prevalecerão as deste anexo.

2.2. Especificação detalhada:

### 2.2.1. Item 01 – LOCAÇÃO DE 03 (TRÊS) VEÍCULOS SUV DE GRANDE PORTE – SERVIÇO DE LOCAÇÃO MENSAL DE VEÍCULO 4 X 4 SEM MOTORISTA

2.2.1.1. A contratação do item 01 é de forma contínua durante um período de 12 (doze) meses, a partir da data de assinatura do contrato e corresponde a 03 (três) veículos.

2.2.1.2. Não há franquia de quilometragem para este item, sendo do tipo quilometragem livre.

2.2.1.3. Os veículos poderão ser utilizados a qualquer tempo, sábados, domingos e feriados, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, de acordo com as necessidades da CONTRATANTE e deverão estar à disposição da SETUR na sede da secretaria durante todo o período contratado.

2.2.1.4. Os veículos deverão estar com toda a documentação atualizada, incluindo seguro com cobertura total e franquia reduzida, que cubra danos (materiais, corporais e morais), neles próprios e em seus passageiros, nos veículos de terceiros e seus passageiros envolvidos, que porventura possam ser vitimados em sinistros.

2.2.1.5. Em caso de sinistro envolvendo os veículos locados, a responsabilidade pelo pagamento da franquia do seguro será da CONTRATANTE quando comprovada culpa do condutor indicado pela Administração. Nos demais casos, incluindo defeito mecânico, falha do veículo ou responsabilidade de terceiros, a franquia será de responsabilidade da CONTRATADA ou do respectivo responsável pelo evento.

2.2.1.6. As despesas com motorista e combustível, referente ao item 01, correrão por conta da CONTRATANTE.

2.2.1.7. Quando o veículo apresentar defeitos que comprometam a execução dos serviços, a CONTRATADA deverá providenciar sua substituição por outro de características equivalentes no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contado da comunicação da CONTRATANTE.

2.2.1.8. Os veículos deverão ser entregues com tanque cheio, devendo ser devolvidos nas mesmas condições (tanque cheio). A regra se aplica também em casos de substituição do veículo;

2.2.1.9. Toda a manutenção preventiva e corretiva deverá correr por conta da CONTRATADA, sem ônus para a CONTRATANTE, inclusive com disponibilização de serviço de guincho 24 horas e quando o veículo apresentar defeitos que comprometam a execução dos serviços, a CONTRATADA deverá providenciar a substituição por outro veículo de características equivalentes no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contado da comunicação da CONTRATANTE;

2.2.1.10. Os veículos serão objeto de vistoria pelas partes, por servidor especialmente designado pela CONTRATANTE, e motorista e/ou preposto da CONTRATADA indicado pela mesma, anotando-se na “Ficha de Vistoria” todas as observações sobre seu estado (incluindo a quilometragem), por ocasião da entrega, substituição ou devolução.

2.2.1.11. Os veículos deverão possuir película de redução de calor e película de segurança escura (antivandalismo) nos vidros laterais e traseiros.

2.2.1.12. A exigência de cores preta ou cinza para os veículos decorre de critério de padronização institucional e adequação ao uso administrativo da frota da Secretaria do Turismo do Estado do Ceará. A justificativa técnica detalhada para tal padronização encontra-se apresentada no Estudo Técnico Preliminar – ETP, item 2 no subitem II, que integra o presente processo de contratação.

## **2.2.2. Item 02 – LOCAÇÃO DE VEÍCULOS – SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE 01 (UM) ÔNIBUS**

2.2.2.1. A contratação do item 02 será por quilômetro rodado e deverão ser utilizados de forma pontual e descontínua durante um período de 12 (doze) meses a partir da data de assinatura do contrato.

2.2.2.2. O ônibus inseridos no serviço a ser contratado deverão estar devidamente habilitados pelos órgãos competentes, em conformidade com as normas e leis de trânsito, regulamentadas pelo DENATRAN e DETRAN, com a documentação obrigatória em dia, apresentando prévio e específico registro perante o Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN.

2.2.2.3. As despesas com motorista e combustível serão por conta da CONTRATADA e deverá compor o valor da proposta.

2.2.2.4. O ônibus, utilizados na prestação do serviço, deverão estar com toda documentação atualizada, incluindo seguro com cobertura total e franquia reduzida, que cubra danos (materiais, corporais e morais), neles próprios e em seus passageiros, nos veículos de terceiros e seus passageiros envolvidos, que porventura possam ser vitimados em sinistros.

2.2.2.5. O ônibus poderão ser utilizados em todo o território do Estado do Ceará, com partida preferencialmente da sede da SETUR em Fortaleza/CE, nas quantidades estabelecidas pela **CONTRATANTE**, conforme as eventuais necessidades, e poderão ser solicitados a qualquer tempo, inclusive sábados, domingos e feriados, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, de acordo com as necessidades da **CONTRATANTE**.

2.2.2.6. O ônibus deverá estar com a manutenção preventiva e corretiva em dias, sendo passível de fiscalização por parte da **CONTRATANTE**.

2.2.2.7. Em caso de pane mecânica, a **CONTRATADA** deverá substituir o ônibus com as mesmas características, para que seja concluída execução do serviço.

2.3. Quanto às características técnicas e operacionais:

2.3.1. Os veículos disponíveis para a prestação dos serviços, objeto desta licitação, não poderão ter ano de fabricação anterior a 1 (um) ano precedente ao exercício em que ocorrer a solicitação do serviço. Por exemplo: para uma solicitação feita em 2025 não serão aceitos veículos que tenham ano de fabricação anterior a 2024. Este item não se aplica para o item 02, referente a locação de ônibus, o qual deverá ter vida útil máxima de 05 (cinco) anos.

2.3.2. Os veículos deverão conter todos os itens obrigatórios exigidos pela legislação, estar com a documentação em dia, em condições de circulação e de acordo com a legislação de trânsito em vigor, bem como, devem ser entregues devidamente limpos e aspirados.

2.3.3. Os veículos inseridos no serviço a ser contratado devem ser fornecidos, e permanecerem no período da vigência contratual, dotados de todos os equipamentos e acessórios exigidos pelo Código de Trânsito Brasileiro, devem estar com pneus adequados a cada tipo de veículo e acima do limite TWI (Tread Wear Indicator) mínimo para rodagem. Motor, transmissão, sistema elétrico, sistema de freios e suspensão em perfeitas condições de funcionamento.

2.3.4. A CONTRATADA deve prestar assistência 24 (vinte e quatro) horas, com plantão para atendimento e socorro do veículo disponibilizado, por intermédio de sistema de comunicação a ser informado no ato de entrega do veículo à CONTRATANTE.

2.3.5. A CONTRATADA deve fornecer números de telefone fixo, celular, aplicativo de mensagem, ou qualquer outro meio de comunicação à CONTRATANTE, com o nome do responsável para atendimento aos chamados.

2.3.6. A execução de serviços de locação de veículos deverá ser registrada em impresso próprio da CONTRATADA, constando a descrição dos serviços a serem executados e a quantidade de quilômetros rodados.

2.3.7. A CONTRATADA deve apresentar, juntamente às notas fiscais/faturas de serviços, os demonstrativos de prestação dos serviços (Boletim de Medição mensal e KM rodados).

2.3.8. A CONTRATADA deverá garantir capacidade operacional para atendimento e substituição de veículos no município de Fortaleza ou Região Metropolitana dentro dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência

2.4. Quanto à manutenção:

2.4.1. A responsabilidade pela manutenção PREVENTIVA dos veículos, objeto da contratação, será da CONTRATADA, devendo ser realizada nas periodicidades recomendadas pelas respectivas montadoras e constantes do Manual do Proprietário de cada veículo.



2.4.2. Cabe à CONTRATADA entregar o veículo em perfeitas condições de uso e segurança, devendo arcar com as despesas das manutenções preventivas e corretivas, inclusive limpeza e aspiração, mão de obra, material, revisão e reposição de peças gastas com o uso e desgastes normal do veículo ou decorrentes de acidentes, em qualquer circunstância, tais como: troca e reparo de pneus, troca de baterias, correias, peças, filtros, óleos lubrificantes, fluidos, velas, pastilhas de freios, lâmpadas, serviços de funilaria, pintura, alinhamento e balanceamento das rodas, e demais componentes que compõem o veículo.

2.4.3. A CONTRATADA deverá manter a regulagem dos veículos automotores, preservando as suas características originais para que sejam minimizados os níveis de emissão de poluentes, visando contribuir com o atendimento dos programas de qualidade do ar, observados os limites máximos de emissão de gases, conforme legislação vigente. A constatação de inadimplemento dessas exigências ensejará a substituição imediata desse veículo, sob pena de sanções ou rescisão contratual, sem prejuízo das penalidades constantes da legislação que rege a matéria, normas brasileiras aplicáveis e manuais de proprietários e serviços de veículo.

## 2.5. QUADRO RESUMO DA CONTRATAÇÃO

| Item | Descrição do Veículo        | Unidade | Quantidade | Forma de Medição    | Observações                    |
|------|-----------------------------|---------|------------|---------------------|--------------------------------|
| 01   | 03 SUV 4x4, grande porte    | Mensal  | 12         | Quilometragem livre | Sem motorista                  |
| 02   | Ônibus executivo 45 lugares | Km      | 20.000     | Quilômetro rodado   | Saída a partir de Fortaleza/CE |

## 3. DO PRAZO DE VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

3.1. O prazo de vigência do contrato é de 01(um) ano, contado da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma do art. 106 e 107 c/c o art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

3.1.1. A prorrogação de que trata este subitem é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO.

3.1.2. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que estar intrinsecamente e de maneira imprescindível, ligado à manutenção/permanência do funcionamento das atividades fins da Secretaria do Turismo do Estado do Ceará, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando a vantajosidade econômica.

## 4. DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

4.1. A descrição da necessidade da contratação e de seus quantitativos encontram-se pormenorizados em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar (ETP), documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de contratação, anexado a este Termo.

## 5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

5.1. A descrição da solução como um todo se encontra pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar (ETP), documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de contratação, anexado a este Termo.

## 6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### 6.1. Subcontratação

6.1.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, em razão da devida justificativa exposta nos autos do processo, conforme Acórdão 2450/2025-Plenário.

### 6.2. Garantia contratual

6.2.1. A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor contratual, que deverá ser prestada até a celebração do contrato.

6.2.2. Adotada a modalidade seguro-garantia, prevista no inciso II do § 1º do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, o licitante deverá apresentá-la no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor contratado, no prazo de 1(um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, conforme § 3º do artigo suprarreferido.

6.2.3. Utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após término deste prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas conveniadas.

6.2.4. A apólice do seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

6.2.5. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no subitem 6.2.7, deste Termo.

6.2.6. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

6.2.7. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

6.2.8. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:  
I – Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

II – Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração ao contratado; e

III – Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

6.2.9. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no subitem 6.2.8, observada a legislação que rege a matéria.

6.2.10. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica no Banco Bradesco S.A., com correção monetária.

6.2.11. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

6.2.12. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do art. 827 do Código Civil.

6.2.13. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

6.2.14. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificado.

6.2.15. O contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

6.2.16. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

6.2.17. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

6.2.18. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

6.2.19. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao contratado.

6.2.20. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo.

### **6.3. Sustentabilidade**

6.3.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

a) Os veículos automotores utilizados pela contratada na prestação dos serviços devem ser submetidos periodicamente ao Programa de Inspeção e Manutenção de Veículos em Uso – I/M vigente, mantido pelo órgão estadual ou municipal competente, sendo inspecionados e aprovados quanto aos níveis de emissão de poluentes e ruído, de acordo com os procedimentos e limites estabelecidos pelo CONAMA ou, quando couber pelo órgão responsável, conforme Resolução CONAMA nº 418, de 25/11/2009, complementações e alterações supervenientes.

b) Só será admitida a oferta de veículo automotor que atenda aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de

Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, conforme Resolução CONAMA nº 18, de 06/05/1986 e Resolução CONAMA 492, de 20 de dezembro de 2018, complementações e alterações supervenientes.

## 7. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. O prazo de execução do objeto contratual será diferente para cada item, em detrimento de suas especificidades, conforme segue:

a) Os veículos correspondentes ao item 01, deverão ser entregues no prazo máximo de até 15 (quinze) dias contados da assinatura do contrato, prorrogáveis por mais 15 (quinze) dias mediante justificativa formal, no período compreendido entre 8h30-12h00 e 13h00-17h30, de segunda a sexta-feira, exceto feriados e pontos facultativos, no prédio sede da Secretaria do Turismo, situado à Av. Washington Soares, 999, Edson Queiroz, Fortaleza – CE (Edifício Centro de Eventos do Ceará, Pavilhão Leste, Portão E, 2º Mezanino), para tanto, a CONTRATADA deverá agendar previamente a entrega dos veículos mediante contato com a SETUR, por meio do e-mail: [katiane.rodrigues@setur.ce.gov.br](mailto:katiane.rodrigues@setur.ce.gov.br).

b) O veículo correspondente ao item 02, deverá estar disponível sempre que solicitados conforme a demanda pontual estabelecida pela CONTRATANTE, através de ordem de serviço, para atender a programação antecipada de viagem, na qual a CONTRATANTE informará à CONTRATADA, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas. A CONTRATADA terá o prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas para confirmação da solicitação e o atendimento da demanda ocorrerá no período estabelecido na solicitação.

7.1.1 O prazo de execução poderá ser prorrogado, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

## 7.2. Condições de Execução

7.2.1. A descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho, obedecerá ao seguinte:

7.2.1.1. Os veículos deverão conter película de redução de calor e película de segurança escura (antivandalismo) nos vidros laterais e traseiros nos limites máximos permitidos pela Resolução nº 960/2022 do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN ou outra vigente quando da sua entrega ou substituição.

7.2.1.2. Os veículos que compõem o item 01 deverão ser entregues em condições normais de uso, abastecimentos em nível suficiente apenas para deslocamento inicial, sem obrigação de tanque cheio. Os demais custos de abastecimento serão suportados pela CONTRATANTE.

7.2.1.3. Os veículos deverão ser entregues sempre limpos e higienizados, tanto quando do início do contrato quanto a cada necessidade de substituição.

7.2.1.4. Os veículos locados deverão dispor de seguro com cobertura total de danos, contemplando carroceria, vidros, acessórios e componentes opcionais, para toda e qualquer situação, inclusive decorrentes de caso fortuito e força maior.

7.2.1.5. A contratada deverá arcar com os custos de todos os sinistros envolvendo os carros locados, sem limitação quantitativa, obrigação que abrange, inclusive, o pagamento da franquia do seguro.

7.2.1.6. A cobertura securitária deve disponibilizar assistência 24 (vinte e quatro) horas, com direito aos serviços de reboque e chaveiro, nos limites mínimos do estado do Ceará.

## 8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

8.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante do contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante do contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados, quando houver, e das sanções aplicáveis, dentre outros.

8.6. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por um representante especialmente designado para este fim pelo contratante, ou pelo respectivo substituto, a ser informado quando da lavratura do instrumento contratual.

8.7. A fiscalização se responsabilizará pelo acompanhamento da execução do objeto contratual, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

8.7.1. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

8.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

8.7.3. O fiscal informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

8.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

8.7.5. O fiscal comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

8.8. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

8.9. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.



8.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

8.11. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, quando for o caso, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

8.12. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

## **9. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E DE PAGAMENTO**

### **9.1. Recebimento do Serviço**

9.1.1. Os serviços serão recebidos PROVISORIAMENTE, no prazo de 05 (cinco) dias, pela fiscalização, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, nos termos do art. 140, I, a, da Lei nº 14.133/2021.

9.1.2. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

9.1.3. Não atendido o disposto no item 11.5 deste termo, caberá à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

9.1.3.1. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório nos termos do art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133/2021.

9.1.3.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.1.4. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o termo detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

9.1.5. Os serviços serão recebidos DEFINITIVAMENTE no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo aos seguintes procedimentos:

9.1.5.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelo(s) fiscal(is) no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

9.1.5.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao contratado, por escrito, as respectivas correções;

9.1.5.3. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

9.1.5.4. Comunicar ao contratado para que emita a nota fiscal ou fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

9.1.5.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

9.1.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se ao contratado para emissão de nota fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

9.1.7. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

9.1.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **9.2. Liquidação**

9.2.1. Recebida a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 20 (vinte) dias úteis para fins de liquidação, prorrogáveis por igual período.

9.2.1.1. O prazo de que trata o subitem anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021.

9.2.2. A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, observando-se o disposto no art. 63 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

9.2.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

9.2.4. A nota fiscal ou documento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no subitem 11.7 deste Termo.

9.2.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) Identificar possível razão que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas;

9.2.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

9.2.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.2.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

9.2.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

### **9.3. Prazo de pagamento**

9.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa.

9.3.2. No caso de atraso pelo contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – **INPC**, de correção monetária.

### **9.4. Forma de pagamento**

9.4.1. O pagamento será realizado mediante crédito em conta-corrente do contratado, exclusivamente no Banco Bradesco S/A, conforme Lei nº 15.241/2012.

9.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.4.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.4.4. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **9.5. Antecipação de pagamento**

9.5.1. É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações deste instrumento.

## **10. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado, de acordo com este instrumento e seus anexos;

- 10.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo;
- 10.3. Notificar o contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto contratado, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 10.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo contratado;
- 10.5. Comunicar o contratado para emissão de nota fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133/2021;
- 10.6. Efetuar o pagamento ao contratado do valor correspondente a execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos neste termo.
- 10.7. Aplicar as sanções previstas na lei e edital, quando do descumprimento de obrigações pelo contratado;
- 10.8. Emitir explicitamente decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato.
- 10.8.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 10.9. Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- 10.10. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **11. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

- 11.1. O contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do edital e seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 11.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;
- 11.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da conclusão do serviço, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 11.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 11.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados, conforme art. 119 da Lei nº 14.133/2021.

11.6. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante, conforme art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

11.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores(SICAF), ou no Certificado de Registro Cadastral (CRC) do Estado do Ceará, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a nota fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- b) Certidão Conjunta relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- c) Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF;
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

11.8. Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, cuja inadimplência do contratado, não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato, conforme art. 121, caput e § 1º da Lei nº 14.133/2021.

11.9. Atender além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, atender ainda os seguintes requisitos de sustentabilidade.

11.9.1. Os veículos deverão possuir as características, especificações e padrões técnicos de qualidade e desempenho, demonstrados no Termo de Referência, além disso, os veículos deverão utilizar todos os equipamentos exigidos pelo Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN, no requisito segurança.

11.9.2. Só será admitida a oferta de veículo automotor que atenda aos limites máximos de ruídos fixados nas Resoluções CONAMA nº 1, de 11/02/1993, n. 08/1993, n. 17/1995, n 272/2000 e n.242/1998 e legislação superveniente e correlata.

11.9.3. Os veículos deverão estar de acordo com as normas técnicas da ABNT, bem como as homologadas pelo PROCON/IBAMA, no que couber.

11.9.4. Os veículos deverão atender aos limites máximos de emissão de poluentes que estejam em conformidade com Programa de Controle da poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE P7, conforme Resolução CONAMA nº 18, de 06/05/1986 e nº 315, de 29/10/2002, e legislação correlata, preferencialmente dotados de tecnologia que faculte à diminuição da emissão de gases e/ou substâncias poluentes.

11.10. Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto.

11.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

11.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.



11.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em lei e em outras normas específicas.

11.13.1. Comprovar, na forma do subitem 12.5.4.1 do Edital, as reservas de cargos e vagas a que se referem o subitem acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas conforme disposto no art. 116, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021, e a quantidade de cargos que permaneceram vagos.

11.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

11.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133/2021.

11.16. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas do contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência. 11.17. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

11.18. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

11.19. Promover, se for o caso a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

11.20. Providenciar a substituição de qualquer profissional envolvido na execução do objeto contratual, cuja conduta seja considerada indesejável pela fiscalização do contratante.

11.21. Respeitar os princípios de proteção de dados pessoais elencados na Lei Geral de Proteção de Dados, Lei nº 13.709 de 14 de agosto de 2018 e suas alterações.

11.22. Ceder ao contratante todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização.

11.23. Registrar e licenciar no Estado Ceará os veículos automotores, objeto do contrato que atuarem neste Estado, conforme preceituam os arts. 1º e 3º da Lei 17.080/2019.

11.24. Assumir todas as despesas com os veículos de sua propriedade, inclusive as relativas a manutenção e substituição de materiais e peças (freios, troca fluídos, filtros, de óleo, sistema de arrefecimento, alinhamento e balanceamento, suspensão, pneus e outros), impostos, taxas, licenciamentos, seguro em geral e outras que incidam direta

ou indiretamente sobre os serviços ora contratados, isentando a CONTRATANTE de qualquer responsabilidade jurídica ou financeira em quaisquer ocorrências ou indiretamente sobre os serviços ora contratados, isentando a CONTRATANTE de qualquer responsabilidade jurídica ou financeira em quaisquer ocorrências.

11.25. Programar-se com a devida antecedência para atender as demandas até o final do Contrato, nas quantidades estipuladas, e para pronto atendimento à CONTRATANTE.

11.26. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse da CONTRATANTE ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto deste contrato, devendo orientar os empregados nesse sentido.

11.27. Acatar as orientações do Gestor/Fiscal do contrato ou de seu substituto legal, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas.

11.28. Nomear preposto para, durante o período de vigência, representá-lo na execução do contrato.

11.29. Colocar à disposição da CONTRATANTE a quantidade de veículos requisitados por esta, numa média de expectativa de utilização indexada às demandas surgidas no período, não se podendo determinar com exatidão o quantitativo de veículos a serem requisitados.

11.30. Manter o veículo em perfeitas condições de uso e segurança, devendo arcar com as despesas das manutenções preventivas e corretivas, inclusive limpeza e aspiração, mão de obra, material, revisão e reposição de peças gastas com o uso e desgastes normais do veículo, ou decorrentes de acidentes, em qualquer circunstância, tais como: troca e reparo de pneus, troca de baterias, correias, peças, filtros, óleos lubrificantes, fluidos, velas, pastilhas de freios, lâmpadas, serviços de funilaria, pintura, alinhamento e balanceamento das rodas, lavagem e limpeza interior e exterior dos veículos, e demais componentes que compõem o veículo.

11.31. À CONTRATANTE é reservado o direito de solicitar a substituição dos veículos que não se apresentarem em condições de operação ou estiverem em desacordo com as especificações técnicas.

11.32. Após a entrega do veículo à CONTRATANTE, constatada qualquer falha ou irregularidade (sinistro, revisão, reparo mecânico, má conservação, má condição de segurança, etc.) que impossibilite o veículo locado de trafegar, a CONTRATADA providenciará sua substituição por outro nas mesmas condições e especificações contidas neste Edital e seus anexos. A substituição do veículo deverá ocorrer no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contado da comunicação da CONTRATANTE.

11.33. O prazo referente ao subitem acima será contado a partir da hora do recebimento da notificação.

11.34. Caso a CONTRATADA não proceda desta forma (substituindo o veículo no tempo especificado), a CONTRATANTE poderá locar sem quaisquer ônus, veículo nas mesmas especificações ou em caso de indisponibilidade destes, superiores ao objeto

contratual, caso em que a CONTRATADA arcará com as despesas totais desta locação.

11.35. Ocorrendo avaria ou pane do veículo em viagem, a CONTRATADA deverá providenciar socorro rápido ao veículo, inclusive, se necessário for, reboque ao local do conserto, assim que tomar conhecimento do fato.

11.36. Providenciar junto aos Órgãos Federais, Estaduais e Municipais toda a documentação necessária para o licenciamento e emplacamento dos veículos, bem como a liberação para a sua circulação em área urbana, em rodovias estaduais, federais e municipais.

11.37. Manter sempre atualizada a documentação do veículo relativa ao seu licenciamento, o manual do veículo, bem como a relação dos telefones da CONTRATADA para contatos nos casos de emergência.

11.38. Providenciar a liberação do veículo que, por motivo alheio a vontade da CONTRATANTE, seja apreendido pelos órgãos de fiscalização e controle de trânsito.

11.39. Manter os veículos segurados durante toda a vigência do contrato, contra roubo, furto, incêndio ou colisão, com cobertura total de danos materiais e pessoais dos ocupantes e de terceiros, a CONTRATADA deverá manter os veículos segurados durante toda a vigência do contrato.

11.40. Nos casos de sinistros em que for apurada a conduta culposa ou dolosa do agente condutor do veículo, a serviço da CONTRATANTE, o ônus da franquia será de responsabilidade desta.

11.41. Assumir integral e absoluta responsabilidade pelos veículos ora disponibilizados, desobrigando o CONTRATANTE de quaisquer ônus, encargos, deveres e responsabilidade por defeitos, vícios aparentes ou ocultos, ou funcionamento insatisfatório dos aludidos bens e acidentes não cobertos pelo seguro.

11.42. Arcar com toda e qualquer indenização em decorrência de danos ou prejuízos causados à CONTRATANTE, ou a terceiros, por ação ou omissão da empresa ou de terceiros a ela relacionada, em decorrência da execução dos serviços previstos neste Termo de Referência, bem como pela inobservância ou infração de disposições legais, regulamentos ou posturas vigentes.

11.43. Preservar e manter a CONTRATANTE a salvo de quaisquer reivindicações demandadas, queixas e representações de qualquer natureza, decorrentes de sua ação.

11.44. Cumprir as determinações da CONTRATANTE em relação às suas políticas de segurança.

11.45. Responder pela supervisão, através de preposto específico para estes serviços, credenciado por escrito, capaz de responsabilizar-se pela direção dos serviços contratados e representá-la perante a CONTRATANTE.

11.46. Solicitar à CONTRATANTE todas as informações e esclarecimentos necessários à prestação dos serviços;

11.47. Arcar com eventuais despesas que venham a incorrer no cumprimento da obrigação acima descrita.

11.48. Remeter à CONTRATANTE no prazo de até 10 (dez) dias antes do vencimento da data limite para protocolar defesa de autuação e indicação do condutor, as respectivas notificações lavradas pelos Órgãos competentes, para que sejam adotadas

as medidas administrativas cabíveis, desde que haja comprovação que no ato do cometimento da infração o veículo estava à disposição da CONTRATANTE. Caso o prazo acima seja excedido, a CONTRATADA arcará com os custos decorrentes.

11.49. A contratada deverá apresentar, anualmente ou sempre que solicitado, a documentação atualizada descrita abaixo:

11.49.1. Dos veículos disponibilizados:

- a) CRLV/CRLV-e vigente;
- b) Comprovante de quitação do IPVA;
- c) Comprovante de pagamento do DPVAT, quando aplicável (ou declaração de regularidade, conforme a legislação vigente);
- d) Comprovante de inspeção veicular, quando exigida por legislação estadual ou municipal;
- e) Seguro do veículo com cobertura contra colisão, roubo, furto e responsabilidade civil a terceiros;
- f) Demais documentos exigidos pela legislação de trânsito vigente.

11.49.2. Da contratada

- a) Certidão de regularidade fiscal, quando exigido pelo órgão contratante;
- b) Comprovação de regularidade junto ao DETRAN, se aplicável;
- c) Declaração de que os veículos atendem às normas do CONTRAN, inclusive quanto a equipamentos obrigatórios.

## **12. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

12.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

### **Habilitação jurídica**

12.2. A documentação relativa à habilitação jurídica consistirá em:

12.2.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

12.2.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

12.2.3. Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor> ;

12.2.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

12.2.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

12.2.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

12.2.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

**Habilitações fiscal, social e trabalhista.**

12.3. As habilitações fiscal, social e trabalhista serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos:

12.3.1. A inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

12.3.2. A inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

12.3.3. A regularidade perante a fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

12.3.4. A regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

12.3.5. A regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;

12.3.6. O cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

12.4. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais e/ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

12.5. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123/2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal, uma vez que o certificado de microempreendedor – CCMEI, supre as exigências de inscrição nos cadastros fiscais, na medida em que essas informações constam no próprio certificado.

12.6. Os documentos enumerados no subitem 12.3, poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico. Quanto a comprovação de atendimento do disposto nos subitens 12.3.3, 12.3.4 e 12.3.5 deverá ser feita na forma da legislação específica.

12.7. Para os Estados e Municípios que emitam prova de regularidade fiscal em separado, os proponentes deverão apresentar as respectivas certidões.



12.8. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123, de 2006.

12.9. Havendo restrição quanto à regularidade fiscal e trabalhista da microempresa, da empresa de pequeno porte ou da cooperativa que se enquadre nos termos do art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir de declarado o vencedor, para a regularização do(s) documento(s), podendo tal prazo ser prorrogado por igual período, conforme dispõe a Lei Complementar nº 123/2006.

12.10. A não comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, até o final do prazo estabelecido, implicará a decadência do direito, sem prejuízo das sanções cabíveis, sendo facultado ao pregoeiro convocar os licitantes remanescentes, por ordem de classificação.

12.11. Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante melhor classificado.

### **Habilitação econômico-financeira**

12.12. A habilitação econômica financeira será aferida mediante a apresentação da seguinte documentação, nos termos do art. 69 da Lei nº 14.133/2021:

12.12.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, exceto as sociedades cooperativas, conforme dispõe o art. 4º da Lei nº 5.764/1971. No caso de pessoa física ou de sociedade simples, certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante.

12.12.1.1. Na ausência da certidão negativa, o licitante em recuperação judicial deverá comprovar sua regularidade e viabilidade econômico-financeira mediante a apresentação de, ao menos, um dos seguintes documentos: decisão judicial que reconheça a situação de recuperação judicial; plano de recuperação em execução; demonstrações contábeis atualizadas; e, quando aplicável, prestação de garantias adicionais ou substitutivas, na forma prevista neste edital e em Lei.

## **13. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado.

13.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:  
**36100005.23.695.281.20988.03.339039.1.500.9100000.0**

13.2.1. Gestão/Unidade: 36100005;

13.2.2. Fonte de Recursos: 500;

13.2.3. Programa de Trabalho: 281;

13.2.4. Elemento de Despesa: 339039.

## **14. DOS ANEXOS DO TERMO DE REFERÊNCIA**

- **ANEXO A - ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES (ETP)**

## ANEXO A – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada. O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade de identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

### 1. DESCRIÇÃO DE NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO<sup>1</sup>

A Secretaria do Turismo do Estado do Ceará (SETUR/CE), possui atribuições estratégicas relacionadas à formulação, coordenação e execução das políticas públicas de turismo, com impacto direto no desenvolvimento econômico, social e territorial do Estado.

O adequado desempenho dessas funções pressupõe condições logísticas compatíveis com a complexidade e a abrangência das atividades desenvolvidas, especialmente no que se refere ao deslocamento institucional de gestores, equipes técnicas e demais agentes públicos envolvidos nas ações finalísticas da Pasta.

Atualmente, parte da demanda de transporte da SETUR é atendida por frota própria cuja idade média dos veículos é de aproximadamente 14 (quatorze) anos.

A elevada idade da frota implica aumento progressivo dos custos de manutenção corretiva e preventiva, maior consumo de combustível, redução da confiabilidade operacional e maior risco de indisponibilidade dos veículos, fatores que, somados, tendem a ultrapassar os limites aceitáveis sob a ótica da economicidade, da eficiência administrativa e da continuidade do serviço público.

Nesse contexto, evidencia-se a necessidade de assegurar meios de transportes adequados, seguros e eficientes para o atendimento das demandas institucionais da Secretaria, tanto no âmbito da Capital quanto nos deslocamentos intermunicipais e interestaduais.

A direção superior do órgão é composta por 03 (três) dirigentes, um Secretário titular e dois Secretários Executivos, cujas atribuições exigem deslocamentos frequentes para reuniões institucionais, eventos oficiais, visitas técnicas, articulações intergovernamentais e representações formais, circunstâncias que demandam veículos administrativos compatíveis com a natureza do cargo e com os padrões de segurança, conforto e disponibilidade exigidos pelo interesse público.

Além disso, as atividades da SETUR envolvem ações descentralizadas e contínuas, tais como a implementação da política de interiorização do turismo, a realização e o acompanhamento de eventos, feiras, congressos e missões institucionais, muitas vezes em municípios do interior do Estado e, eventualmente, em outros entes da Federação.

<sup>1</sup> Fundamento: art. 18, § 1º, inciso I: deve conter a descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público.

Tais atividades não raramente envolvem o deslocamento conjunto de equipes técnicas, autoridades, parceiros institucionais e convidados, o que torna necessária a previsão de transporte coletivo rodoviário, em especial por meio de ônibus executivo, para atendimento eventual e sob demanda dessas agendas institucionais.

O transporte adequado de pessoas é elemento essencial para a execução eficiente das políticas públicas de turismo, uma vez que viabiliza a presença institucional do Estado em territórios estratégicos, fortalece a articulação com atores locais, amplia a capacidade de acompanhamento e fiscalização das ações governamentais e contribui para a imagem institucional do Ceará como destino turístico organizado, profissional e comprometido com boas práticas de gestão pública.

Assim, a necessidade ora identificada decorre do dever da Administração de assegurar condições materiais adequadas ao funcionamento regular da Secretaria, garantindo eficiência logística, segurança dos usuários, racionalidade dos custos públicos e continuidade das atividades administrativas e finalísticas.

A solução a ser avaliada no presente estudo deverá contemplar diferentes perfis de uso, incluindo veículos administrativos de padrão compatível com as atividades de gestão e transporte coletivo por ônibus para deslocamentos em grupo, sempre orientada pelos princípios da economicidade, da eficiência, da flexibilidade operacional e do atendimento ao interesse público.

## 2. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO NECESSÁRIOS E SUFICIENTES À ESCOLHA DA SOLUÇÃO<sup>2</sup>

Os requisitos a seguir são considerados necessários, adequados e proporcionais para assegurar o atingimento da finalidade da contratação, observando-se a natureza do serviço, as condições de uso, o interesse público envolvido e as boas práticas aplicáveis às contratações públicas.

### I – Requisitos Gerais Aplicáveis a Todos os Veículos

Os veículos disponibilizados deverão estar em perfeitas condições de uso, sem avarias estruturais ou mecânicas que comprometam a segurança e a confiabilidade operacional;

Os veículos deverão estar devidamente licenciados, com documentação regularizada, incluindo CRLV vigente, atendendo integralmente à legislação de trânsito brasileira;

Os veículos deverão atender às normas do Código de Trânsito Brasileiro (CTB) e às resoluções do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN aplicáveis à categoria;

Os veículos deverão possuir seguro total vigente, abrangendo, no mínimo, cobertura contra colisão, roubo, furto, incêndio e danos a terceiros;

Os veículos deverão ser substituídos imediatamente em caso de pane, acidente, falha mecânica ou qualquer outra condição que impeça sua utilização regular, bem como se atingir a quilometragem de 200 km ou o período de 5 (cinco) anos de uso;

<sup>2</sup> Fundamento: art. 18, § 1º, inciso III - prever critérios e práticas de sustentabilidade, observadas as lei e regulamentações específicas, bem como padrões mínimos de qualidade e desempenho dentre outros.

Os veículos deverão possuir manutenção preventiva e corretiva em dia, comprovável sempre que solicitado pela Administração;

Os veículos deverão ser entregues limpos, higienizados e em condições adequadas de uso durante toda a execução contratual.

## **II – Requisitos Específicos para os Veículos Administrativos**

- Os veículos deverão ser do tipo SUV, com tração 4x4, aptos à circulação em vias urbanas, rodovias pavimentadas e não pavimentadas, áreas litorâneas e zonas rurais.
- Os veículos deverão possuir capacidade mínima para 5 (cinco) ocupantes, incluindo o condutor.
- Os veículos deverão dispor de sistemas de segurança ativa e passiva, incluindo, no mínimo:
  - Airbags frontais e laterais;
  - Sistema de freios ABS;
  - Controle eletrônico de estabilidade (ESC) e controle de tração (TCS).
- Os veículos deverão possuir cinto de segurança de três pontos para todos os ocupantes e encostos de cabeça ajustáveis.
- Os veículos deverão possuir ar-condicionado, direção assistida e vidros elétricos.
- Os veículos deverão possuir porta-malas compatível com o transporte de bagagens e equipamentos institucionais, sem prejuízo do conforto dos ocupantes.
- Os veículos deverão apresentar ano de fabricação e modelo compatíveis com padrões atuais de mercado, de forma a assegurar confiabilidade, segurança e imagem institucional.

## **III – Requisitos Específicos para o Ônibus Executivo**

1. O ônibus deverá ser classificado como executivo, destinado ao transporte rodoviário coletivo de passageiros.
2. O veículo deverá possuir poltronas reclináveis, estofadas e em bom estado de conservação, compatíveis com viagens de média e longa distância.
3. O ônibus deverá possuir sistema de ar-condicionado em pleno funcionamento.
4. O veículo deverá dispor de cintos de segurança individuais para todos os passageiros, conforme legislação vigente.
5. O ônibus deverá possuir sistema de freios e dispositivos de segurança em conformidade com as normas do CONTRAN.
6. O veículo deverá estar devidamente registrado e licenciado para transporte de passageiros, com toda a documentação regular.
7. O ônibus deverá ser conduzido por motorista habilitado na categoria compatível, com curso específico para transporte coletivo, quando exigido pela legislação.

8. O veículo deverá atender às exigências sanitárias e de segurança, mantendo condições adequadas de limpeza e conservação.

#### IV – Requisitos Documentais e de Conformidade

- A contratada deverá comprovar a regularidade da frota mediante apresentação de documentos oficiais sempre que solicitado pela Administração.
- A contratada deverá manter registro atualizado dos veículos disponibilizados, incluindo identificação, placa, ano/modelo e situação da documentação.
- Os veículos deverão estar em conformidade com todas as exigências legais aplicáveis durante toda a vigência contratual, sob pena de substituição imediata.

### 3. LEVANTAMENTO DE MERCADO<sup>3</sup>

Considerando o problema a ser resolvido, a necessidade de garantir transporte institucional adequado, seguro e eficiente para os dirigentes e equipes da **Secretaria do Turismo do Estado do Ceará**, em deslocamentos frequentes por áreas urbanas, litorâneas e rurais, inclusive em municípios do interior do Estado, procedeu-se ao levantamento das principais alternativas disponíveis no mercado capazes de atender às exigências operacionais, administrativas e institucionais identificadas.

A definição do padrão veicular necessário leva em conta critérios de segurança, conforto, robustez e confiabilidade compatíveis com o transporte de Secretários de Estado, especialmente diante das condições das estradas, das longas distâncias percorridas e da recorrente circulação em áreas de praia, zonas rurais e localidades com infraestrutura viária variável.

No caso do transporte coletivo, consideram-se ainda as demandas específicas de eventos institucionais, ações culturais, sociais e programações de interiorização do turismo. A partir desse contexto, identificam-se como alternativas razoáveis de mercado as seguintes:

#### 1. Aquisição de veículos administrativos do tipo SUV e tração 4x4

Consiste na compra direta de veículos utilitários esportivos, novos ou seminovos, com especificações técnicas compatíveis com o uso institucional. Essa alternativa assegura a disponibilidade permanente dos veículos à Administração, porém implica custos relevantes associados à aquisição inicial, depreciação patrimonial, manutenção preventiva e corretiva, seguros, tributos, gestão de frota e eventual substituição ao longo do tempo, especialmente diante do uso intensivo e das condições de tráfego enfrentadas.

#### 2. Locação de veículos administrativos do tipo SUV e tração 4x4

Alternativa amplamente praticada na Administração Pública, consiste na contratação de empresa especializada para disponibilização de veículos com padrão compatível com as necessidades institucionais.

<sup>3</sup>Fundamento: art. 18, § 1º, inciso V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar.



De modo geral, essa solução transfere à contratada a responsabilidade por manutenção, substituição por desgaste ou falha mecânica e gestão operacional da frota, podendo representar maior previsibilidade de custos e maior flexibilidade administrativa ao longo do período contratual.

### **3. Contratação de transporte rodoviário coletivo por ônibus executivo, sob demanda**

Para atendimento das demandas relacionadas a eventos, feiras, congressos, ações institucionais de cunho cultural e social, bem como deslocamentos coletivos de equipes técnicas e autoridades, identifica-se como alternativa adequada a contratação de transporte rodoviário por ônibus executivo, com motorista.

Essa solução permite atender demandas eventuais e programadas, evitando a manutenção de veículos de grande porte de uso esporádico, ao mesmo tempo em que assegura conforto, segurança, padronização do serviço e capacidade de transporte compatível com as atividades desenvolvidas pela Secretaria.

### **4. Utilização combinada de soluções**

Por fim, observa-se como alternativa viável a adoção de um modelo combinado, que integre veículos administrativos para uso contínuo da direção superior e transporte coletivo por ônibus executivo para demandas específicas e sazonais. Essa abordagem possibilita maior adequação entre o tipo de solução adotada e o perfil da demanda, contribuindo para a racionalização dos recursos públicos e para a eficiência logística.

#### **II.1 – Alternativas Disponíveis**

Para atendimento da necessidade de transporte institucional da **Secretaria do Turismo do Estado do Ceará**, foram analisadas as alternativas razoavelmente disponíveis no mercado e no âmbito da Administração Pública, considerando-se critérios de custo-benefício, custos reais diretos e indiretos, adequação operacional, riscos administrativos e aderência às boas práticas de gestão pública.

##### **a) Adesão a Ata de Registro de Preços (“carona”)**

A adesão a atas de registro de preços vigentes foi considerada como alternativa inicial, tendo em vista sua potencial agilidade e redução de custos transacionais. Contudo, após diligências realizadas, não foram identificadas atas disponíveis que atendessem integralmente às necessidades específicas da SETUR, seja quanto ao padrão veicular compatível com o transporte de Secretários de Estado, seja quanto às condições de uso em áreas litorâneas, rurais e de interior, ou ainda quanto à previsão de transporte coletivo por ônibus executivo.

Além da indisponibilidade de atas plenamente compatíveis, ressalta-se que a adesão a atas alheias pode limitar a flexibilidade da Administração, impor especificações não aderentes à realidade operacional do órgão e gerar riscos de inadequação contratual, o que fragiliza o custo-benefício global da solução.

##### **b) Aquisição de veículos X locação**

Este estudo procurou realizar por meio de análise comparativa, qual a solução melhor para a SETUR, da seguinte maneira:

###### **b.1) Para o carro SUV, 4x4**

Em geral, esses veículos costumam ter preços médios a partir de R\$ 332.224,00<sup>4</sup> (trezentos e trinta e dois mil duzentos e vinte e quatro reais) com algumas versões chegando a superar R\$ 375.000,00. Considerando então os custos agregados nas soluções de Locação<sup>5</sup> ou Aquisição (compra) temos o quadro a seguir:

| Item                                                                                                | Locação<br>(12 meses) | Aquisição<br>(12 meses) |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------|-------------------------|
| Custo mensal (média de mercado)                                                                     | R\$ 12.166,70         | -                       |
| Custo total (sem motorista)                                                                         | R\$ 146.000,00        | R\$ 332.224,00          |
| Manutenção preventiva e corretiva                                                                   | Incluso               | R\$ 20.000,00           |
| Seguro total (aproximadamente 4% a.a. tabela FIPE)                                                  | Incluso               | R\$ 13.288,00           |
| Licenciamento/IPVA (3,5% a.a. tabela FIPE)<br>(Lei nº 12.023, de 1992: Art. 6º, IV, “a”, “b” e “c”) | Incluso               | R\$ 11.627,85           |

<sup>4</sup> Valores foram obtidos por meio de pesquisa nos sites e, em seguida, realizada a média aritmética: Toyota Hilux SW4 Platinum 2026 - 5 lugares: R\$ 412.190,00 <https://www.toyota.com.br/modelos/sw4>; Jeep Commander Blackhawk Hurricane 4x4 2026 - 5 lugares: R\$ 298.990,00 [https://www.jeep.com.br/ofertas.html?gclid=CjwKCAjwxzHBhBhEiwA7Kjq6xX7t691MDqJxTMA79P4nF7Pq2PaLHbhpU-AgDBOPySuhM19kMI5GhRoCXpYQAvD\\_BwE&offerId=683794](https://www.jeep.com.br/ofertas.html?gclid=CjwKCAjwxzHBhBhEiwA7Kjq6xX7t691MDqJxTMA79P4nF7Pq2PaLHbhpU-AgDBOPySuhM19kMI5GhRoCXpYQAvD_BwE&offerId=683794) e Chevrolet Equinox Turbo 2026 - 5 lugares: R\$ 285.490,00 <https://www.chevrolet.com.br/suvs/equinox>. Acesso em: 29 de outubro de 2025.

<sup>5</sup> Valores foram obtidos por meio de locação nos sites e, em seguida, realizada a média aritmética: Toyota Hilux SW4 Platinum 2026 - 5 lugares: R\$ 14.500,00, <https://kintomobility.com.br/one-personal?utm>; Jeep Commander Blackhawk Hurricane 4x4 2026 - 5 lugares: R\$ 10.300,00 <https://www.localiza.com/brasil/pt-br/carros/jeep-commander?utm>; Chevrolet Equinox Turbo 2026 - 5 lugares: R\$ 11.700,00. <https://www.localiza.com/brasil/pt-br/grupos-de-carros?utm>. Acesso em: 29 de outubro de 2025.

|                             |                      |                       |
|-----------------------------|----------------------|-----------------------|
| <b>Custo final estimado</b> | <b>R\$ 146.00,00</b> | <b>R\$ 377.139,85</b> |
|-----------------------------|----------------------|-----------------------|

Observa-se pela estimativa acima indicada com base em valores reais de mercado segundo pesquisa preliminar realizada que o custo bruto da aquisição é maior que o da locação, levando em consideração que ao adquirir um novo veículo, sua depreciação anual seria de 6,66% de acordo com o Decreto Estadual Nº 31.340 de 05 de novembro de 2013, podendo elevar também os custos com manutenção preventiva e corretiva.

Deste modo, o veículo locado por 36 meses, por exemplo, custaria a SETUR um valor aproximado de R\$ 438.000,00 sem considerar o índice de reajuste, já o veículo adquirido e utilizado pelo mesmo período teria seu valor líquido em aproximadamente R\$ 272.483,47, somados aos custos de seguro, impostos e manutenções, conforme memória de cálculo abaixo:

$$V.D (36 \text{ meses}) = (((V.B - V.R \%) * T.D) / 12) * \text{meses depreciado}$$

$$V.D (36 \text{ meses}) = (((R\$332.224,00 - R\$33.222,40) * 6,66\%) / 12) * 36$$

$$V.D (36 \text{ meses}) = ((R\$299.001,60 * 0,0666) / 12) * 36$$

$$V.D (36 \text{ meses}) = (R\$19.913,51 / 12) * 36$$

$$V.D (36 \text{ meses}) = R\$1.659,46 * 36$$

$$V.D (36 \text{ meses}) = R\$59.740,53$$

V.D = Valor depreciado

V.R = Valor residual

V.B = Valor bruto

T.D = Taxa de depreciação

$$*V.L = R\$332.224,00 - R\$ 59.740,56$$

$$*V.L = R\$272.483,47$$

V.L = Valor líquido do bem após o período

Ainda que se considere um valor residual decorrente da venda futura do bem, o que a nível de administração pública estadual se mostra antieconômico dado o custo burocrático e o retorno financeiro efetivo dos bens públicos levados a leilão, a locação mostra-se a solução de mercado mais vantajosa, menos burocrática e mais efetiva em termos de economicidade e melhor aproveitamento das soluções disponíveis.

Além disso, a locação elimina riscos de indisponibilidade, depreciação do veículo em relação a aquisição, garante substituição imediata e transfere à contratada as responsabilidades por seguro, manutenção e documentação.

Assim, em contextos com alta rotatividade de uso e exigência de disponibilidade contínua, a locação oferece maior eficiência operacional e menor risco de interrupção de serviços essenciais.

Quanto ao item 2 (locação de 01 ônibus) a ser licitado, a opção da compra se mostra ineficiente e inapropriada ao fim pretendido pela SETUR dado o caráter pontual e descontínuo da utilização dos veículos seja no próprio estado do Ceará, seja na utilização em outras capitais e cidades Brasileiras que inviabiliza a solução de compra e orienta a contratação do serviço de locação por quilômetro rodado.

#### **d) Doação de veículos**

A doação de veículos por outros entes ou entidades foi considerada, porém apresenta limitações significativas. Em regra, os bens doados costumam possuir tempo de uso elevado, padrões técnicos defasados ou histórico de desgaste incompatível com as exigências de segurança, conforto e confiabilidade requeridas para o transporte de dirigentes e equipes técnicas. Ademais, a imprevisibilidade quanto à disponibilidade e às condições dos bens doados compromete a continuidade e o planejamento das atividades institucionais.

#### **e) Cessão de uso de veículos**

A cessão de uso por outros órgãos ou entidades públicas também foi analisada. Embora possa representar redução de custos iniciais, essa alternativa depende de disponibilidade externa, acordos administrativos específicos e, frequentemente, envolve veículos com perfil de uso distinto daquele necessário à SETUR. Soma-se a isso a limitação temporal e a possibilidade de revogação da cessão, fatores que reduzem a segurança jurídica e operacional da solução.

#### **f) Outras soluções correlatas**

Outras alternativas eventualmente disponíveis, como o uso exclusivo de frota própria existente ou a adaptação de veículos de menor porte, mostraram-se inadequadas frente às características das demandas institucionais, às condições das vias percorridas e ao padrão de representatividade exigido para o transporte da alta gestão e para deslocamentos coletivos em eventos oficiais.

### **II.2 – Justificativa da Alternativa Escolhida**

Após a análise das alternativas disponíveis no mercado, conclui-se que a locação de veículos administrativos do tipo SUV, com tração 4x4 e de transporte rodoviário coletivo por ônibus executivo se apresenta como a solução mais adequada para atendimento das necessidades da Secretaria do Turismo do Estado do Ceará, à luz dos princípios da eficiência, economicidade, continuidade do serviço público e adequada gestão dos recursos públicos.

A escolha fundamenta-se, inicialmente, na eficiência da contratação, entendida como a capacidade de atender plenamente à demanda institucional com menor custo total ao longo do tempo e maior confiabilidade operacional. Diferentemente da aquisição, a locação permite à Administração dispor de veículos em condições adequadas de

uso, com padrão compatível com o transporte de Secretários de Estado e equipes técnicas, sem a necessidade de imobilização de capital público nem a assunção de encargos associados à propriedade dos bens.

Sob a perspectiva do custo-benefício, a locação demonstra vantagem ao considerar o custo real do ciclo de vida dos veículos. A aquisição implica despesas que extrapolam o valor inicial de compra, tais como depreciação acelerada, manutenção preventiva e corretiva, seguros, tributos, gestão de frota e substituição periódica dos bens, especialmente relevantes diante do uso intensivo e das condições adversas de tráfego enfrentadas pela SETUR, que incluem áreas litorâneas, zonas rurais e longos deslocamentos intermunicipais. Na locação, tais custos são diluídos no valor contratual, conferindo maior previsibilidade orçamentária e reduzindo riscos de elevação inesperada das despesas.

No que se refere à continuidade e à qualidade dos serviços, a locação assegura maior disponibilidade operacional, uma vez que a substituição de veículos em caso de falhas mecânicas, desgaste excessivo ou tempo de uso elevado é responsabilidade da contratada. Essa característica é especialmente relevante para a SETUR, cujas atividades possuem calendário contínuo e programação anual previamente definida, não comportando interrupções decorrentes de indisponibilidade de meios de transporte.

A locação de ônibus executivo, por sua vez, revela-se a solução mais eficiente para atender demandas coletivas eventuais e programadas, relacionadas a eventos, feiras, congressos e ações institucionais de cunho cultural e social, em todo território brasileiro. A manutenção de veículos de grande porte em frota própria, para uso não contínuo, tende a resultar em baixa taxa de utilização e elevado custo unitário, o que compromete a economicidade. A contratação sob demanda permite adequar o meio de transporte ao perfil da atividade, com flexibilidade e racionalidade na aplicação dos recursos públicos.

Outro aspecto relevante diz respeito à gestão de riscos administrativos e operacionais. A locação mitiga riscos relacionados à obsolescência da frota, à indisponibilidade prolongada por manutenção, à variação dos custos de reparo e à necessidade de constantes processos de alienação e renovação de bens. Ademais, contribui para a modernização contínua dos veículos utilizados, refletindo positivamente na segurança dos usuários, na eficiência logística e na imagem institucional do Estado.

Dessa forma, a locação de veículos SUV e de ônibus executivo mostra-se a alternativa que melhor harmoniza eficiência operacional, controle de custos, flexibilidade administrativa e atendimento ao interesse público, revelando-se compatível com as boas práticas de gestão de transporte na Administração Pública e com os objetivos institucionais da Secretaria de Turismo do Estado do Ceará.

#### 4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO<sup>6</sup>

A solução proposta consiste na locação de veículos automotores, destinada ao atendimento contínuo das demandas operacionais, administrativas e institucionais da

<sup>6</sup> Fundamento: art. 6º, XX e art. 18, § 1º, inciso IV. - deve conter descrição do objeto, quantidade e demais informações necessárias para discriminar a solução a ser contratada. Fazer referência a anexo com memórias de cálculo e documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala, se for o caso.



Secretaria do Turismo do Estado do Ceará, abrangendo veículos utilitários do tipo SUV grande porte com tração 4x4, bem como ônibus executivo para transporte coletivo, observadas as condições técnicas, operacionais e legais estabelecidas neste Estudo Técnico Preliminar.

A contratação será estruturada para contemplar, de forma integrada e complementar, as seguintes modalidades de locação:

**a) Veículos utilitários SUV grande porte 4x4, sem motorista e sem combustível**

A locação abrangerá **veículos utilitários do tipo SUV grande porte**, movidos a **diesel**, dotados obrigatoriamente de **tração 4x4**, destinados ao uso administrativo e institucional da Secretaria, especialmente em deslocamentos frequentes e diários, inclusive em trechos rodoviários, zonas rurais, regiões de difícil acesso e localidades com condições adversas de tráfego. Os veículos deverão atender, no mínimo, aos seguintes requisitos funcionais e operacionais:

- Tração integral 4x4, permanente ou acionável, adequada a diferentes tipos de terreno;
- Motorização a diesel, visando maior autonomia, eficiência energética e robustez operacional;
- Capacidade para transporte seguro e confortável de passageiros e equipamentos institucionais;
- Conformidade integral com as normas do Código de Trânsito Brasileiro (CTB) e regulamentações do CONTRAN;
- Veículos em perfeito estado de conservação, com manutenção preventiva e corretiva sob responsabilidade exclusiva da contratada.

A locação será realizada sem fornecimento de combustível e de motorista, cabendo à Administração a condução dos veículos por servidores ou empregados devidamente habilitados.

Considerando a necessidade diária, contínua e imprevisível de deslocamentos, a contratação adotará o regime de **quilometragem ilimitada**, eliminando restrições artificiais de uso que possam comprometer a eficiência do serviço, gerar custos adicionais ou inviabilizar o planejamento das atividades institucionais. Tal condição é essencial para assegurar a plena disponibilidade dos veículos e a adequada execução das atribuições da Secretaria em todo o território estadual.

**b) Ônibus executivo com motorista e combustível**

A solução contempla, ainda, a locação de ônibus executivo, **com fornecimento obrigatório de motorista e combustível**, destinado ao transporte coletivo de servidores, colaboradores, convidados e demais públicos vinculados a ações, eventos, visitas técnicas, programas institucionais e atividades correlatas desenvolvidas pela Secretaria, em âmbito nacional.

Os ônibus deverão apresentar padrão executivo, assegurando segurança, conforto e acessibilidade, atendendo, no mínimo, às seguintes condições:

- Veículo adequado ao transporte rodoviário coletivo, em conformidade com a legislação de trânsito vigente;

- Motorista habilitado, qualificado e legalmente apto para a condução do veículo, sob responsabilidade da contratada;
- Fornecimento integral de **combustível**, incluído no valor da locação, sem ônus adicional à Administração;
- Manutenção, seguro, documentação e demais encargos operacionais integralmente assumidos pela contratada;
- Condições adequadas de conforto, ventilação ou climatização, assentos ergonômicos e segurança dos passageiros.

Essa modalidade de locação visa garantir maior eficiência logística, redução de riscos operacionais e otimização do uso dos recursos humanos da Administração, ao concentrar na contratada as responsabilidades relacionadas à condução e ao abastecimento do veículo.

### c) Caracterização geral da solução

A solução de locação proposta permite à Administração dispor de uma frota moderna, adequada e permanentemente disponível, sem a necessidade de aquisição, gestão patrimonial, manutenção direta ou renovação periódica de veículos próprios. A contratação transfere à contratada os riscos inerentes à operação dos veículos, assegurando maior previsibilidade de custos, continuidade do serviço e eficiência administrativa.

Dessa forma, a locação dos veículos utilitários SUV 4x4 e do ônibus executivo, nas condições especificadas, configura solução tecnicamente adequada, operacionalmente eficiente e alinhada às boas práticas de governança das contratações públicas, atendendo de forma plena às necessidades institucionais da Secretaria.

## 5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADE A SEREM CONTRATADAS<sup>7</sup>

A estimativa das quantidades a serem contratadas foi definida com base na análise das demandas operacionais recorrentes da Secretaria do Turismo do Estado do Ceará (SETUR/CE), considerando os registros históricos de utilização de veículos oficiais, a capacidade atualmente disponível e a programação de ações institucionais previstas para o exercício.

Foram consideradas as necessidades de deslocamento dos diversos setores da Secretaria, abrangendo a alta administração, as áreas técnicas e as atividades finalísticas, tanto no âmbito do território estadual quanto em deslocamentos de caráter interestadual, compatíveis com as atribuições institucionais do órgão. O dimensionamento das quantidades levou em conta:

- A frequência e a natureza dos deslocamentos;
- A distribuição geográfica das ações da SETUR, incluindo capital, interior, áreas rurais e regiões litorâneas;
- A necessidade de disponibilidade contínua para atendimento das agências institucionais dos gestores;

<sup>7</sup> Fundamento: art. 18, § 1º inciso VI - deve estar acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala.

- E a realização de eventos, feiras, congressos e ações de caráter cultural e social, que demandam transporte coletivo eventual.

Dessa forma, as quantidades foram definidas de maneira proporcional e suficiente para atender às necessidades identificadas, observando-se a adequação entre o tipo de veículo, o perfil de uso e o volume estimado de deslocamentos, resultando na previsão quantitativa apresentada a seguir.

### 5.1 - Estimativa detalhada das quantidades a serem contratadas

| Grupo 1: LOCAÇÃO MENSAL DE VEÍCULO SUV |                                            |                         |                |
|----------------------------------------|--------------------------------------------|-------------------------|----------------|
| ITEM                                   | SERVIÇO                                    | UNID. FORNECI-<br>MENTO | QUAN-<br>TIDA- |
| 1                                      | Locação Mensal de veículo SUV Grande Porte | UN                      | 03             |

| Grupo 2: LOCAÇÃO DE ÔNIBUS POR KM |                                                 |                        |                      |
|-----------------------------------|-------------------------------------------------|------------------------|----------------------|
| ITEM                              | SERVIÇO                                         | UND. FORNECI-<br>MENTO | QUAN-<br>TIDA-<br>DE |
| 1                                 | Locação de ôni-<br>bus executivo<br>(km rodado) | KM                     | 20.000               |

## 6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO<sup>8</sup>

Foram considerados os valores constantes das propostas e pesquisas de preços realizadas no âmbito do **certame anterior fracassado**, cujo objeto possuía características técnicas equivalentes às ora pretendidas. Tais dados refletem preços efetivamente praticados e ofertados por fornecedores atuantes no mercado, constituindo importante parâmetro de referência para a avaliação da compatibilidade econômica da contratação. (NUP 36001.000813/2025-01).

No referido procedimento, embora não tenha sido possível efetivar a contratação, as propostas recebidas forneceram um parâmetro real e consistente dos preços praticados atualmente pelas empresas especializadas na locação de veículos utilitários tipo SUV e de ônibus executivo com motorista. Conforme tabela abaixo:

<sup>8</sup>Fundamento: art. 18, § 1º, inciso VI - deve estar acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação.

| ESTIMATIVA DA CONTRATAÇÃO |                                           |                   |        |                                        |                                        |
|---------------------------|-------------------------------------------|-------------------|--------|----------------------------------------|----------------------------------------|
| ITEM                      | SERVIÇO                                   | UND. FORNECIMENTO | QUANT. | VALOR UNITÁRIO                         | VALOR TOTAL                            |
| 1                         | Locação Anual de veículo SUV Grande Porte | Unidade / Veículo | 03     | R\$ 163.720,00<br>(12 x R\$ 13.643,33) | R\$ 491.160,00<br>(Valor unitário x 3) |
| 2                         | Locação de ônibus executivo               | KM Rodado         | 20.000 | R\$ 26,33                              | R\$ 526.666,66                         |
| CUSTO DA CONTRATAÇÃO      |                                           |                   |        | R\$ 1.017.826,66                       |                                        |

Dessa forma, utilizou-se a média aritmética das propostas válidas como referência complementar para a elaboração da estimativa, em consonância com as boas práticas de planejamento previstas na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Estadual nº 35.322/2023, especialmente no que se refere à utilização de fontes de pesquisa que reflitam as condições efetivas de mercado.

## 7. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO<sup>9</sup>

A presente contratação será realizada de forma **parcelada por item**, considerando a natureza distinta dos serviços a serem prestados e os perfis diferenciados dos veículos necessários.

O parcelamento visa garantir ampla competitividade, promovendo a diversificação de fornecedores, o que favorece a obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração e evita a concentração de mercado. Os itens foram segmentados em DOIS grupos: (I) locação mensal de veículos tipo SUV grande porte, sem motorista, sem combustível; (II) locação de ônibus executivo com motorista, com combustível e por quilômetro rodado.

Cada grupo atende a finalidades específicas e requer características técnicas e operacionais distintas, o que justifica a contratação independente. Adicionalmente, o

<sup>9</sup> Fundamento: art. 18, § 1º, inciso VI – deve ser realizada por item ou por grupo, evidenciando sempre se objeto o for ou não divisível, verificando não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala com a escolha.

parcelamento contribui para mitigar riscos operacionais, como atrasos ou indisponibilidade de veículos, ao evitar a dependência de um único fornecedor para a totalidade do contrato.

A análise do parcelamento do objeto foi realizada à luz dos princípios da eficiência, economicidade, competitividade e adequada gestão dos riscos contratuais, considerando as características do objeto, a realidade do mercado fornecedor e as necessidades operacionais da Secretaria do Turismo do Estado do Ceará.

#### Parcelamento Formal 1 – Número de processos de contratação.

O presente Estudo Técnico Preliminar subsidiará a **elaboração de um único processo de contratação**, do qual será gerado **um único Termo de Referência**, contemplando o parcelamento do objeto em **dois itens distintos**.

Tal solução mostra-se adequada e eficiente, pois permite o tratamento integrado das necessidades de transporte institucional da Secretaria, assegurando coerência técnica, unidade de planejamento e racionalização dos atos administrativos.

A segregação do objeto em processos distintos não se revela necessária, uma vez que ambos os itens decorrem da mesma necessidade logística, possuem natureza semelhante (serviços de transporte institucional) e podem ser geridos de forma conjunta, sem prejuízo à competitividade ou à fiscalização contratual.

#### Parcelamento Formal 2 – Forma de adjudicação

A adjudicação deverá ocorrer **por item**, sendo:

**Item 1:** veículos administrativos do tipo SUV, de grande porte, 4x4;

**Item 2:** transporte rodoviário coletivo por ônibus executivo.

A adjudicação por item possibilita maior flexibilidade administrativa, facilita a comparação de propostas, reduz riscos de sobrepreço e assegura que cada parcela do objeto seja executada por fornecedor com expertise compatível, sem prejuízo da gestão integrada do contrato.

#### Parcelamento Material 1 – Subcontratação

A **subcontratação não será autorizada** para os itens do objeto.

A vedação à subcontratação justifica-se pela necessidade de garantir maior controle sobre a execução contratual, assegurar a responsabilidade direta da contratada pela qualidade, segurança e disponibilidade dos veículos e evitar a pulverização de responsabilidades, especialmente em se tratando de transporte institucional de alta gestão e de transporte coletivo de passageiros.

A subcontratação poderia dificultar a fiscalização, fragilizar a gestão de riscos e comprometer a rastreabilidade das obrigações contratuais, não se mostrando adequada à natureza do objeto.

#### Síntese da Solução de Parcelamento

Em síntese, a solução adotada consiste em:

- Um único processo de contratação, com um único Termo de Referência;
- Parcelamento do objeto em dois itens distintos, organizados em grupos separados:
- Item 1 – veículos administrativos do tipo SUV 4x4, de grande porte;
- Item 2 – transporte rodoviário coletivo por ônibus executivo;
- Adjudicação por item;



- Vedação à subcontratação.

Ressalta-se que a natureza do objeto indica a pertinência de avaliação, na fase de Termo de Referência, da exigência de garantia contratual, como instrumento de mitigação de riscos relacionados à continuidade do serviço, à integridade dos bens disponibilizados e ao adequado cumprimento das obrigações contratuais.

Tal modelagem assegura equilíbrio entre competitividade, eficiência administrativa, controle da execução e atendimento pleno às necessidades institucionais da Secretaria, mostrando-se a solução mais adequada sob a ótica técnica, econômica e gerencial.

## 8. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES<sup>10</sup>

Contratações correlatas são aquelas que, embora não integrem o objeto principal, guardam vínculo funcional ou operacional com a contratação pretendida, podendo coexistir de forma autônoma e independente, sem relação de dependência jurídica direta.

### 8.1 Contratações Correlatas – Veículos SUV de grande porte 4x4

No contexto da contratação de veículos administrativos do tipo SUV 4x4, podem ser consideradas contratações correlatas, desde que existentes ou futuras.

Tais contratações possuem finalidade própria, não se confundem com o objeto principal e podem ser executadas de forma independente, ainda que contribuam para a eficiência do uso dos veículos. *Atualmente, a SETUR possui contrato de fornecimento de combustíveis* destinada ao abastecimento da frota utilizada pela Secretaria, independentemente da origem do veículo.

### 8.2 Contratações Correlatas – Ônibus executivo para transporte coletivo

Em relação à contratação de ônibus executivo para transporte coletivo em atividades institucionais, podem ser identificadas como contratações correlatas:

- Contratação de serviços de apoio logístico para eventos institucionais, incluindo organização de deslocamentos, horários e rotas;
- Contratação de seguros específicos para eventos e deslocamentos coletivos, quando não abrangidos pela solução principal;
- Contratação de serviços de coordenação ou acompanhamento de equipes em eventos, especialmente em ações de grande porte, feiras e congressos;
- Contratação de sistemas de controle e planejamento de viagens institucionais, voltados à racionalização de itinerários e otimização do uso do transporte coletivo.

Essas contratações não integram o objeto de transporte em si, mas dialogam funcionalmente com ele, contribuindo para o adequado planejamento e execução das atividades institucionais da Secretaria.

### 8.3 Contratações Interdependentes

<sup>10</sup> Fundamento: art. 18, § 1º, inciso VI - que deverá Indicar se existem em andamento: - Contratações correlatas são aquelas que guardam relação com o objeto principal, interligando-se a essa prestação do serviço, mas que não precisam, necessariamente, ser adquiridas para a completa prestação do objeto principal; Contratações interdependentes são aquelas que precisam ser contratadas juntamente com o objeto principal para sua completa prestação.

Contratações interdependentes são aquelas cuja execução adequada do objeto principal depende, de forma direta e necessária, da existência simultânea de outra contratação, sem a qual o atendimento da necessidade pública restaria comprometido ou inviabilizado.

### 8.3.1 Contratações Interdependentes – Veículos SUV de grande porte 4x4

No caso da contratação de veículos administrativos do tipo SUV 4x4, identificam-se como interdependentes, considerando a realidade operacional da Secretaria, as seguintes contratações:

- Contratação de motoristas, próprios ou terceirizados, devidamente habilitados, uma vez que os veículos destinam-se ao transporte institucional contínuo de autoridades e equipes técnicas, não sendo prescindível a condução por pessoal autorizado;
- Contratação de fornecimento de combustível, indispensável à operacionalização diária dos veículos, considerando a utilização frequente em deslocamentos urbanos e intermunicipais;

A inexistência ou descontinuidade de qualquer dessas contratações comprometeria diretamente a funcionalidade dos veículos e a regularidade das atividades institucionais da Secretaria.

### 8.3.2 Contratações Interdependentes – Ônibus executivo para transporte coletivo

No caso do ônibus executivo para transporte coletivo, registra-se que as principais condições de interdependência operacional, como o motorista profissional habilitado, fornecimento de combustível e manutenção do veículo, já estão contempladas no próprio objeto da contratação, conforme delineado na solução proposta.

Assim, não se identificam contratações interdependentes externas indispensáveis à execução do serviço, uma vez que o modelo adotado transfere ao contratado a responsabilidade integral pela operação do veículo, assegurando à Administração: a continuidade do serviço, a redução de interfaces contratuais e a mitigação de riscos relacionados à logística, segurança e disponibilidade do transporte coletivo.

## 9. DEMONSTRATIVO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO<sup>11</sup>

A contratação do serviço de locação de veículos está prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) de 2026 da Secretaria do Turismo do Estado do Ceará, em conformidade com os Decretos Estaduais n. 35.283/2023 e n. 35.322/2023, que regulamentam o planejamento das contratações no âmbito da administração pública estadual.

A inclusão da demanda no PCA assegura o alinhamento da contratação com o planejamento estratégico do órgão, além de observar os princípios da eficiência e da economicidade. A previsão da contratação proposta pode ser verificada no Portal de Compras do Estado<sup>12</sup>.

<sup>11</sup> Fundamento: art. 18, § 1º, inciso VI - que deverá constar no Plano de Contratação Anual, ou Plurianual, conforme o caso, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento do órgão ou entidade contratante.

<sup>12</sup> No endereço: <https://www.portalcompras.ce.gov.br/compras/menu-planejamento-de-compras>  
Acesso em: 15/12/2025

## 10. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS<sup>13</sup>

Com a contratação do serviço de locação de veículos, pretende-se alcançar maior eficiência na gestão da mobilidade institucional da Secretaria do Turismo do Estado do Ceará, assegurando transporte adequado, seguro e contínuo para a execução das atividades administrativas e operacionais da pasta.

A substituição parcial da frota própria por veículos locados permitirá reduzir significativamente os gastos com manutenção corretiva, consumo excessivo de combustível e outros encargos decorrentes da posse de veículos com idade avançada.

Do ponto de vista econômico, a locação elimina os custos associados à aquisição, depreciação, licenciamento, seguros e reparos da frota, permitindo o redirecionamento de recursos públicos para outras áreas estratégicas. Além disso, promove ganhos operacionais ao garantir disponibilidade contínua de veículos em perfeito estado de conservação e com tecnologia atualizada, adequada às exigências de conforto, segurança e sustentabilidade ambiental.

A contratação também resultará em melhor aproveitamento dos recursos humanos, ao reduzir a carga administrativa da gestão da frota própria e ao permitir que os servidores foquem nas atividades finalísticas da Secretaria. Com veículos modernos e confiáveis, a execução das ações institucionais será favorecida, promovendo a imagem institucional do órgão e contribuindo para a excelência do serviço público prestado.

A presente contratação visa alcançar resultados concretos e verificáveis, orientados pelos princípios da economicidade, da eficiência administrativa e do melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, contribuindo para o adequado desempenho das atribuições institucionais da Secretaria do Turismo do Estado do Ceará.

Espera-se, inicialmente, maior previsibilidade e controle dos custos operacionais, a partir da consolidação das despesas relacionadas ao transporte institucional em valores previamente definidos. Tal previsibilidade reduz a volatilidade orçamentária, facilita o planejamento financeiro do órgão e diminui a ocorrência de gastos extraordinários decorrentes de falhas mecânicas, manutenções emergenciais ou indisponibilidade de veículos.

Outro resultado relevante consiste na redução de custos indiretos e administrativos, na medida em que a solução adotada diminui a necessidade de estrutura interna dedicada à gestão de frota própria. Atividades como controle de manutenção, gestão de sinistros, substituição de veículos e processos recorrentes de alienação e renovação patrimonial tendem a ser reduzidas, resultando em maior racionalização administrativa.

No tocante aos recursos humanos, a contratação permitirá a otimização da força de trabalho, liberando servidores atualmente envolvidos em atividades acessórias de gestão operacional de veículos para atuação em funções finalísticas e estratégicas da política pública de turismo, com impacto positivo na produtividade institucional e na qualidade das entregas administrativas.

<sup>13</sup> Fundamento: art. 18, § 1º, inciso VI - deve-se levar em consideração a economicidade e o melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis.

A contratação também pretende assegurar maior disponibilidade operacional dos meios de transporte, reduzindo períodos de inatividade decorrentes de falhas técnicas ou manutenção prolongada. Esse resultado é fundamental para atender à agenda contínua e descentralizada da Secretaria, evitando atrasos, remarcações e prejuízos à execução de ações previamente planejadas.

Adicionalmente, espera-se alcançar melhor adequação entre o meio de transporte e o perfil da demanda, mediante a utilização de veículos administrativos do tipo SUV para deslocamentos individuais e institucionais da alta gestão, e de ônibus executivo para deslocamentos coletivos em eventos e ações específicas. Essa adequação promove o uso racional dos recursos materiais disponíveis, evitando tanto a subutilização quanto o uso inadequado dos meios de transporte.

A contratação contribuirá, ainda, para maior agilidade na resposta às demandas institucionais, permitindo atendimento célere a agendas imprevistas, compromissos emergentes e eventos de grande porte, sem a necessidade de soluções improvisadas ou de mobilização administrativa adicional.

Como resultado adicional, espera-se a redução de riscos operacionais e institucionais, especialmente aqueles associados à indisponibilidade de veículos, falhas de planejamento logístico e atrasos em deslocamentos oficiais, fatores que impactam diretamente a credibilidade da atuação governamental e a imagem institucional do órgão.

Por fim, a contratação tende a promover a melhoria da eficiência global da gestão pública, ao alinhar custo, controle, disponibilidade e adequação do serviço às necessidades reais da Administração, contribuindo para a utilização proporcional e racional dos recursos financeiros e materiais, com reflexos positivos na execução das políticas públicas sob responsabilidade da Secretaria.

## 11. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO<sup>14</sup>

Antes da formalização do contrato, a **Secretaria do Turismo do Estado do Ceará** deverá adotar as seguintes providências administrativas, operacionais e institucionais, indispensáveis à adequada execução da solução contratada:

1. Definição e adequação do ambiente operacional para recebimento, retirada, guarda e uso dos veículos, incluindo a indicação formal dos pontos de entrega e devolução, bem como dos responsáveis pelo controle operacional;
2. Designação formal dos gestores e fiscais do contrato, observando-se a segregação de funções entre gestão e fiscalização, nos termos da legislação vigente;
3. Capacitação e orientação dos servidores designados para a gestão e fiscalização contratual, com foco nos critérios técnicos do objeto, nos prazos de execução, no controle de quilometragem, na verificação periódica das condições dos veículos e nos fluxos de comunicação com a contratada;

<sup>14</sup> Fundamento: art. 18, § 1º, inciso III – deve –se tomar providências tais como: adaptações no ambiente em que será executado o objeto, obtenção de licenças, outorgas ou autorizações, capacitação de servidores ou empregados para fiscalização e gestão do contrato, dentre outros.

4. Confirmação da existência de dotação orçamentária suficiente e disponibilidade financeira, em consonância com o planejamento orçamentário e a programação financeira do exercício;
5. Análise jurídica prévia e aprovação da minuta contratual, assegurando a conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e com os normativos estaduais aplicáveis;
6. Verificação da regularidade da documentação de habilitação da futura contratada, bem como do atendimento aos requisitos mínimos de qualificação técnica, especialmente no que se refere à frota disponibilizada, à cobertura de seguros e às condições de assistência e substituição de veículos;
7. Compatibilização da contratação com contratos correlatos e interdependentes vigentes, notadamente aqueles relacionados a motoristas, fornecimento de combustível e apoio operacional, de modo a assegurar a integração da solução à rotina administrativa do órgão.

#### Justificativa técnica das providências adotadas

A adoção das providências acima elencadas mostra-se necessária e imprescindível para assegurar a efetividade da contratação e mitigar riscos administrativos, operacionais e financeiros.

A definição prévia do ambiente operacional é essencial para evitar impropriedades na guarda e utilização dos veículos, bem como para delimitar responsabilidades internas, reduzindo riscos de uso indevido ou de conflitos na execução contratual. A ausência dessa providência pode resultar em falhas no controle do patrimônio e na fiscalização do objeto.

A designação formal e capacitação dos gestores e fiscais do contrato constitui requisito central para a boa governança da contratação. Considerando a complexidade do objeto e o uso contínuo dos veículos em diferentes contextos — capital, interior, áreas litorâneas e eventos institucionais —, a fiscalização técnica adequada é indispensável para o acompanhamento da execução, o controle de quilometragem, a verificação das condições de segurança e a pronta comunicação de inconformidades. A não capacitação pode acarretar falhas de fiscalização, prejuízos financeiros e responsabilização dos agentes públicos.

A confirmação da previsão orçamentária e da disponibilidade financeira é condição indispensável para a legalidade da contratação e para a garantia da continuidade do serviço, evitando a assunção de obrigações sem respaldo orçamentário e eventuais interrupções contratuais.

A análise jurídica prévia da minuta contratual assegura a conformidade legal do instrumento, prevenindo nulidades, cláusulas abusivas ou lacunas que possam comprometer a execução do contrato ou expor a Administração a riscos jurídicos futuros.

A verificação rigorosa da documentação de habilitação e da qualificação técnica da contratada é necessária para assegurar que os veículos disponibilizados atendam aos requisitos de segurança, conforto e confiabilidade definidos no estudo, especialmente quanto à regularidade da frota, à cobertura de seguros e à capacidade de pronta substituição em caso de falhas.

Por fim, a integração da contratação com contratos correlatos e interdependentes, como aqueles relacionados a motoristas e combustível, é fundamental para garantir a



operacionalização plena da solução adotada. A ausência dessa compatibilização pode resultar na indisponibilidade prática dos veículos, ainda que formalmente contratados, comprometendo a eficiência da execução e o atendimento ao interesse público.

## 12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS<sup>15</sup>

A locação de veículos, por se tratar de um serviço de natureza logística, pode gerar impactos ambientais relacionados principalmente à emissão de gases poluentes, ao consumo de combustíveis fósseis e ao descarte inadequado de resíduos automotivos. Para mitigar esses efeitos, serão adotadas medidas sustentáveis desde a etapa de planejamento da contratação.

A Secretaria do Turismo exigirá, como critério técnico no Termo de Referência, que os veículos locados sejam do ano/modelo corrente, com tecnologia de motorização atualizada e em conformidade com o Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE. Será dada preferência a veículos movidos a diesel S10, flex e com índice de eficiência energética superior, conforme classificação do INMETRO.

Além disso, os veículos deverão atender às exigências legais quanto à película de redução de calor e película de segurança escura (antivandalismo) (CONTRAN nº 960/2022), o que contribui para a redução da carga térmica e, conseqüentemente, do consumo de ar-condicionado e combustível. Também será exigido da contratada que adote procedimentos de manutenção preventiva e descarte ambientalmente correto de peças, pneus e fluídos, conforme normas ambientais aplicáveis.

Com essas exigências, busca-se não apenas minimizar os impactos ambientais da frota locada, mas também incentivar práticas sustentáveis no setor de transportes contratados pelo poder público.

### Impactos Socioambientais e Sustentabilidade da Contratação

a) Possíveis impactos socioambientais relevantes e medidas mitigadoras:

#### 1. Emissões atmosféricas e consumo de combustíveis fósseis

**Impacto:** A utilização contínua de veículos SUV 4x4 e de ônibus executivo implica emissões de gases de efeito estufa e poluentes atmosféricos

#### Medidas mitigadoras:

Exigência de veículos com **padrão tecnológico atual**, em conformidade com os limites de emissões vigentes no Brasil;

Preferência por **motores mais eficientes**, com melhor relação consumo/desempenho;

Monitoramento de consumo de combustível e quilometragem, como instrumento de gestão e redução de desperdícios;

Planejamento racional de rotas e agendas institucionais para evitar deslocamentos desnecessários.

#### 2. Consumo de recursos naturais e geração de resíduos automotivos

**Impacto:** Uso intensivo de pneus, óleos lubrificantes, filtros e peças de reposição, com potencial geração de resíduos.

<sup>15</sup> Fundamento: art. 18, § 1º, inciso VI – deve – se a requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, adoção de logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicado.

**Medidas mitigadoras:**

Exigência de que a contratada assegure **destinação ambientalmente adequada** de resíduos oriundos da manutenção (óleos, filtros, pneus e peças);

Observância de práticas de **logística reversa**, quando aplicável, em conformidade com a legislação ambiental;

Manutenção preventiva regular, reduzindo desgaste prematuro e geração excessiva de refugos.

**3. Impactos sobre áreas sensíveis (zonas litorâneas e rurais)**

**Impacto:** Circulação de veículos em áreas de praia e zonas rurais pode causar danos ambientais indiretos, como compactação do solo ou degradação de vias não pavimentadas.

**Medidas mitigadoras:**

Utilização de veículos **adequados ao tipo de terreno**, reduzindo riscos de atolamento e intervenções emergenciais;

Orientação aos condutores quanto à **condução responsável em áreas sensíveis**, respeitando normas ambientais e restrições locais.

**4. Riscos à segurança e à saúde dos usuários**

**Impacto:** Veículos em condições inadequadas podem comprometer a segurança de gestores, equipes técnicas e participantes de eventos.

**Medidas mitigadoras:**

Exigência de veículos com **sistemas de segurança ativa e passiva**;

Fiscalização periódica das condições dos veículos e substituição imediata em caso de falhas; Atendimento integral às normas do Código de Trânsito Brasileiro e resoluções do CONTRAN.

b) Possíveis ganhos relevantes em termos de sustentabilidade socioambiental

**1. Renovação tecnológica e redução de impactos ambientais**

A contratação permite a utilização de veículos mais novos e tecnologicamente atualizados, com **menor consumo de combustível e menores índices de emissão**, contribuindo para a redução do impacto ambiental em comparação à frota própria envelhecida.

**2. Uso racional de recursos públicos e ambientais**

A adoção de transporte coletivo por ônibus executivo para deslocamentos em grupo reduz o número de veículos em circulação, promovendo **economia de combustível**, diminuição de emissões e menor desgaste da infraestrutura viária.

**3. Redução de desperdícios e melhor gestão de resíduos**

A centralização da responsabilidade pela manutenção e destinação de resíduos na contratada contribui para práticas mais organizadas de **gestão ambiental**, reduzindo riscos de descarte inadequado de materiais automotivos.

**4. Melhoria das condições de trabalho e segurança**

Veículos mais seguros e confortáveis impactam positivamente a **saúde ocupacional** dos usuários, reduzindo riscos de acidentes, fadiga e afastamentos, o que também se reflete em ganhos sociais indiretos.

## 5. Alinhamento institucional com políticas de sustentabilidade

A contratação, quando orientada por requisitos ambientais mínimos, reforça o compromisso da **Secretaria do Turismo do Estado do Ceará** com práticas sustentáveis, coerentes com sua missão institucional de promover o desenvolvimento econômico aliado à responsabilidade ambiental e social.

## 13. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA<sup>16</sup>

A contratação do serviço de locação de veículos para a Secretaria do Turismo do Estado do Ceará mostra-se adequada, necessária e vantajosa diante do contexto atual de envelhecimento da frota própria, dos altos custos de manutenção e da necessidade de garantir transporte contínuo e eficiente às atividades institucionais da pasta. A solução proposta possibilita o atendimento integral às demandas da alta administração, equipes técnicas e atividades de campo, com flexibilidade e qualidade na prestação do serviço.

Com base na análise técnica, econômica e ambiental realizada nas seções anteriores, conclui-se que a locação por tipo de veículo, com especificações detalhadas e exigência de manutenção, seguro total e substituição imediata, representa a alternativa mais eficaz para assegurar a continuidade e a qualidade dos serviços públicos prestados, bem como o uso racional dos recursos públicos. A adoção do modelo parcelado contribui ainda para a ampliação da competitividade entre fornecedores e a mitigação de riscos contratuais, promovendo maior eficiência na execução e gestão da solução.

À luz das análises desenvolvidas no presente Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação para locação de veículos administrativos do tipo SUV 4x4 e de transporte rodoviário coletivo por ônibus executivo é viável, adequada e plenamente justificada para o atendimento das necessidades institucionais da Secretaria do Turismo do Estado do Ceará.

A solução proposta demonstra aderência aos princípios da eficiência, economicidade e continuidade do serviço público, ao assegurar meios de transporte compatíveis com a complexidade, a abrangência territorial e a natureza descentralizada das atividades desenvolvidas pela Secretaria. A locação se revela particularmente adequada diante do cenário atual de frota própria envelhecida, com elevados custos de manutenção, consumo de combustível e riscos crescentes de indisponibilidade operacional.

Do ponto de vista econômico-financeiro, a locação apresenta vantagem ao possibilitar maior previsibilidade orçamentária e melhor controle dos custos ao longo do ciclo de uso dos veículos, evitando a imobilização de recursos públicos em bens sujeitos à rápida depreciação e à necessidade constante de renovação. Tal característica contribui para o uso racional dos recursos financeiros disponíveis, em consonância com as diretrizes de boa governança e responsabilidade fiscal.

<sup>16</sup> Fundamento: art. 18, § 1º, inciso VI - demonstrar os benefícios com a contratação escolhida, demonstrando ser a mais adequada para o atendimento da necessidade a que se destina

Sob a ótica operacional, a locação garante maior disponibilidade dos veículos, com previsão de substituição em caso de falhas ou desgaste, aspecto essencial para assegurar a continuidade das atividades administrativas, institucionais e eventuais da Secretaria, incluindo deslocamentos da alta gestão, equipes técnicas e ações coletivas vinculadas a eventos e programas de interiorização do turismo.

A contratação também se mostra adequada no que se refere à gestão de riscos, ao mitigar incertezas relacionadas à manutenção da frota, à obsolescência dos veículos e à sobrecarga administrativa interna. A modelagem adotada, com parcelamento do objeto em itens distintos e adjudicação por item, favorece a competitividade, a especialização dos fornecedores e a eficiência da fiscalização contratual.

Além disso, a solução encontra-se integrada à realidade administrativa do órgão, compatibilizando-se com contratos correlatos e interdependentes já existentes, como aqueles relativos a motoristas e fornecimento de combustível, o que reforça sua viabilidade prática e operacional.

Diante do exposto, entende-se que a locação dos veículos constitui a alternativa que melhor atende ao interesse público, sendo tecnicamente adequada, economicamente vantajosa e administrativamente eficiente para o cumprimento das atribuições da Secretaria do Turismo do Estado do Ceará, recomendando-se, portanto, o prosseguimento da contratação nos termos delineados neste Estudo Técnico Preliminar.

Fortaleza, \*data da última assinatura digital

**Elaborado:**

Katiane Silva de Sousa Rodrigues

Coordenadora de Logística de Transporte

**De acordo:**

Bruno Gaspar Marques

Secretário Executivo de Planejamento e Gestão Interna

## ANEXO II – CARTA PROPOSTA

À

Central de Licitações do Estado do Ceará

Ref.: Pregão Eletrônico nº 20260002-SETUR

A proposta encontra-se em conformidade com as informações previstas no edital e seus anexos.

### 1. Identificação do licitante:

- Razão Social:
- CPF/CNPJ e Inscrição Estadual:
- Endereço completo:
- Representante Legal (nome, nacionalidade, estado civil, profissão, RG, CPF, domicílio):
- Telefone, celular, fax, e-mail:

### 2. Condições Gerais da Proposta:

- A presente proposta é válida por \_\_\_\_ (\_\_\_\_) dias, contados da data de sua emissão.

COMENTÁRIO: UTILIZAR conforme o caso, o item abaixo para estabelecer o prazo da garantia do SERVIÇO adquirido da contratação.

- O serviço objeto da contratação terá garantia de \_\_\_\_ (\_\_\_\_) \_\_\_\_.

### 3. Formação do Preço

| ITEM                      | ESPECIFICAÇÃO | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTIDADE | VALOR UNITÁRIO (R\$) | VALOR TOTAL (R\$) |
|---------------------------|---------------|-------------------|------------|----------------------|-------------------|
|                           |               |                   |            |                      |                   |
| VALOR GLOBAL R\$          |               |                   |            |                      |                   |
| Valor por extenso (_____) |               |                   |            |                      |                   |

DECLARO, sob as sanções administrativas cabíveis, inclusive as criminais e sob as penas da lei, que toda documentação anexada ao sistema é autêntica.

Local e data

Assinatura do representante legal

(Nome e cargo)





### ANEXO III – MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

Contrato nº \_\_\_\_ / 20\_\_ –

Processo nº 36001.001741/2025-10

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM (O)A \_\_\_\_\_ E (O) A \_\_\_\_\_, ABAIXO QUALIFICADOS, PARA O FIM QUE NELE SE DECLARA.

O(A) \_\_\_\_\_, situada(o) na \_\_\_\_\_, inscrita(o) no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, doravante denominada(o) CONTRATANTE, neste ato representada(o) pelo \_\_\_\_\_, (nacionalidade), portador da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_, e do CPF nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliada(o) em (Município - UF), na \_\_\_\_\_, e a \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, Fone: \_\_\_\_\_, inscrita no CPF/CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, doravante denominado CONTRATADO, representado neste ato pelo \_\_\_\_\_, (nacionalidade), portador da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_, e do CPF nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliada(o) em (Município - UF), na \_\_\_\_\_, têm entre si justa e acordada a celebração do presente contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO

1.1. O presente contrato tem como fundamento o Pregão Eletrônico nº 20260002-SETUR, e seus anexos, os preceitos do direito público, Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável ao cumprimento de seu objeto.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E A PROPOSTA

2.1. O cumprimento deste contrato está vinculado aos termos do Pregão Eletrônico nº 20260002-SETUR, o Termo de Referência, a proposta do contratado e eventuais anexos dos respectivos documentos os quais constituem parte deste instrumento, independente de sua transcrição.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO

3.1. O objeto do presente instrumento é a prestação dos serviços de locação de veículos automotores, visando atender às necessidades administrativas e operacionais da Secretaria do Turismo do Estado do Ceará (SETUR), conforme as especificações e condições descritas neste documento, nas condições estabelecidas neste contrato e no Termo de Referência do edital e na proposta do CONTRATADO.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

4.1. O prazo de vigência deste contrato é de 01 (um) ano, contado da assinatura, na forma do art. 105 c/c o art. 94 ambos da Lei nº 14.133/2021, admitindo-se a sua prorrogação desde que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

5.1. O regime de execução indireta se dará por empreitada por preço unitário.

5.2. Os prazos e condições de conclusão, entrega, recebimento do objeto, obrigações e demais condições constam no Termo de Referência, anexo a este contrato.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DA SUBCONTRATAÇÃO**

6.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, em razão da devida justificativa exposta nos autos do processo, conforme Acórdão 2450/2025-Plenário.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DO PREÇO**

7.1. O valor mensal da contratação é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), perfazendo o valor total de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

7.1.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO E DO RECEBIMENTO**

8.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes, bem como, as condições de recebimento, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este instrumento de contrato.

#### **CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE**

9.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, ou seja, a data da pesquisa constante no Mapa Comparativo de Preços, datado de 16/01/2026.

9.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação do índice INPC, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

9.2.1. Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da CONTRATADA.

9.2.1.1. Caso a CONTRATADA não solicite tempestivamente o reajuste e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão lógica do direito.

9.2.1.2. Também ocorrerá a preclusão lógica do direito ao reajuste se o pedido for formulado depois de extinto o contrato.

9.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

9.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

9.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

9.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

9.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

9.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DO CONTRATADO**

10.1. As obrigações referentes ao CONTRATANTE e ao CONTRATADO encontram-se definidas no Termo de Referência, parte integrante deste instrumento.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)**

11.1. O CONTRATADO declara que tem ciência da existência da LGPD e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com o intuito de proteger os dados pessoais que lhe forem repassados, cumprindo, a todo momento, as normas de proteção de dados pessoais, jamais colocando, por seus atos ou por sua omissão, o CONTRATANTE em situação de violação de tais regras.

11.1.1. O CONTRATADO somente poderá tratar dados pessoais nos limites e finalidades exclusivas do cumprimento de suas obrigações com base no presente contrato e jamais poderá realizar o tratamento para fins distintos da execução dos serviços especificados no certame ou no contrato administrativo.

11.2. O tratamento de dados pessoais será realizado de acordo com as hipóteses de tratamento previstas nos arts. 7º, 11, 14, 23, 24 e 26 da LGPD e somente para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, observando a persecução do interesse público e os princípios do art. 6º da LGPD e 37 da Constituição Federal de 1988.

11.3. O CONTRATADO deverá indicar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da publicação do Contrato, a identidade e informações de contato do seu Encarregado de Proteção de Dados, bem como, se aplicável, o endereço da página eletrônica onde essa designação é realizada, conforme estabelecido no § 1º do art. 41 da LGPD e se compromete a manter o CONTRATANTE informado sobre os dados atualizados de contato de seu Encarregado de Tratamento de Dados Pessoais, sempre que for substituído, independentemente das alterações em sua página eletrônica.

11.4. O CONTRATADO deverá cooperar com a Administração Direta e Indireta do Estado do Ceará no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos Titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público e Órgãos de Controle, quando relacionados ao objeto contratual.

11.5. O CONTRATADO não poderá disponibilizar ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização por escrito, informação, dados pessoais ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

11.5.1. Caso autorizada transmissão de dados pelo CONTRATADO a terceiros, as informações fornecidas e/ou compartilhadas devem se limitar ao estritamente necessário para o fiel desempenho da execução do instrumento contratual, adotando procedimentos de segurança que assegurem a sua confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados.

11.5.2. As PARTES se obrigam a zelar pelo sigilo dos dados, garantindo que apenas as pessoas que efetivamente precisam acessá-los o façam, submetendo-as, em todo caso, ao dever de confidencialidade.

11.6. Ocorrendo o término do tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da mesma lei, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

11.6.1. O CONTRATADO não poderá deter cópias ou backups, informações, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

11.6.2. O CONTRATADO deverá eliminar os dados pessoais a que tiver conhecimento ou posse em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual tão logo não haja necessidade de seu tratamento.

11.6.3. O CONTRATADO fica obrigado a devolver todos os documentos, registros e cópias que contenham informação, dados pessoais, e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data de qualquer uma das hipóteses de extinção do contrato, restando autorizada a conservação apenas nas hipóteses legalmente previstas.

11.7. As PARTES devem adotar boas práticas de governança e medidas técnicas e administrativas em relação ao tratamento dos dados, compatíveis com a estrutura, a escala e o volume de suas operações, bem como a sensibilidade dos dados tratados.

11.7.1. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD, inclusive dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta cláusula.

11.7.2. O CONTRATADO se responsabilizará por assegurar que todos os seus colaboradores, consultores, e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, agirão de acordo com o presente contrato, com as leis de proteção de dados e que estes respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo, devendo estes assumir compromisso formal de preservar a confidencialidade e segurança de tais dados, documento que estar disponível em caráter permanente para exibição do CONTRATANTE, mediante solicitação.

11.7.3. O CONTRATADO deverá promover a revogação de todos os privilégios de acesso aos sistemas, informações e recursos do CONTRATANTE, em caso de desligamento de funcionário das atividades inerentes à execução do presente Contrato.

11.8. Em caso de incidente de segurança em relação aos dados tratados neste certame/contrato, que comprometa a confidencialidade, a integridade e a disponibilidade dos dados, a PARTE que sofreu o incidente deverá comunicar imediatamente a ocorrência a partir de uma notificação que conterá, no mínimo:

a) Data e hora do incidente;

- b) Data e hora da ciência pela PARTE responsável;
- c) Descrição dos dados pessoais afetados;
- d) Número de titulares afetados;
- e) Relação dos titulares envolvidos;
- f) Riscos relacionados ao incidente;
- g) Indicação das medidas técnicas e de segurança, utilizadas para a proteção dos dados;
- h) Motivos da demora, no caso de a comunicação não haver sido imediata;
- i) Medidas que foram ou que serão adotadas para reverter ou mitigar os efeitos do prejuízo;
- j) O contato do Encarregado de Proteção de Dados ou de outra pessoa junto a qual seja possível obter maiores informações sobre o ocorrido;

11.8.1. Na hipótese descrita acima, as PARTES atuarão em regime de cooperação para:

- a) Definir e implementar as medidas necessárias para fazer cessar o incidente e minimizar seus impactos;
- b) Prover as informações necessárias à apuração do ocorrido no menor prazo possível;
- c) Definir o padrão de respostas a serem dadas aos titulares, terceiros, à ANPD e demais autoridades competentes.

11.9. Os dados obtidos em razão deste contrato serão armazenados em um banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso (*log*), adequado controle baseado em função (*role based access control*) e com transparente identificação do perfil dos credenciados, tudo estabelecido como forma de garantir inclusive a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento dessas informações com terceiros;

11.10. A critério do CONTRATANTE, o CONTRATADO poderá ser provocado a colaborar na elaboração do Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

11.11. O CONTRATADO indenizará o CONTRATANTE, em razão do não cumprimento das obrigações previstas nas leis, normas, regulamentos e recomendações das autoridades de proteção de dados com relação ao presente contrato, de quaisquer danos, prejuízos, custos e despesas, incluindo-se honorários advocatícios, multas, penalidades e eventuais dispêndios investigativos relativos a demandas administrativas ou judiciais propostas em face do CONTRATANTE a esse título.

11.12. Em caso de responsabilização do Estado por danos e/ou violações à LGPD decorrentes do objeto do contrato, deverá ser apurado os danos que efetivamente cada uma das partes causarem ao titular dos dados, para fins de assegurar o direito de regresso do Estado nos termos da legislação.

11.12.1. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.



11.13. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da Lei nº 13.709/2018 deverão ser comunicados à ANPD.

11.14. Este instrumento pode ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

12.1. A garantia contratual obedecerá aos termos e prazos estabelecidos no subitem 6.2 do Termo de Referência. A não prestação de garantia equivale à recusa injustificada para a contratação, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida, ficando a adjudicatária sujeita às penalidades legalmente estabelecidas, inclusive multa.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o CONTRATADO que:

13.1.1. Der causa à inexecução parcial do contrato;

13.1.2. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

13.1.3. Der causa à inexecução total do contrato;

13.1.4. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

13.1.5. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

13.1.6. Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

13.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

13.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

13.2. Serão aplicadas ao CONTRATADO que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

13.2.1. Advertência, quando o CONTRATADO der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

13.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 13.1.2, 13.1.3 e 13.1.4, deste contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

13.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8 deste contrato, bem como nos subitens 13.1.2, 13.1.3 e 13.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

#### **13.2.4. Multa:**

13.2.4.1. Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias.

13.2.4.2. Moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 10% (dez por cento) pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

13.2.4.3. O atraso superior a 45 (quarenta e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

13.2.4.4. Compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

13.3. A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE.

13.4. Todas as sanções previstas neste contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

13.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao CONTRATADO, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.6. Na aplicação das sanções serão considerados:

I – A natureza e a gravidade da infração cometida;

II – As peculiaridades do caso concreto;

III – As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV – Os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;

V – A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

13.8. A personalidade jurídica do CONTRATADO poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o CONTRATADO, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

13.9. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicados, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no

âmbito do Poder Executivo Federal e no Certificado de Registro Cadastral (CRC) do Estado do Ceará.

13.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

13.11. Os débitos do CONTRATADO para com o CONTRATANTE, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o CONTRATADO possua com o mesmo órgão ora CONTRATANTE.

13.11.1. Na impossibilidade do pagamento da multa por meio de descontos dos créditos existentes ou da garantia contratual, o CONTRATADO recolherá a multa por meio de Documento de Arrecadação Estadual (DAE), podendo ser substituído por outro instrumento legal, em nome do CONTRATANTE, se não o fizer, será cobrada em processo de execução.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

14.1. Este contrato se extingue nas seguintes hipóteses:

I – Quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto, e.

II – Quando mesmo não cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, ocorrer algum dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

a) Na hipótese do inciso II aplicam-se também os arts. 138 e 139 da mesma Lei.

14.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica CONTRATADA, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.3. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

14.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.3.3. Indenizações e multas.

14.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

14.5. Este contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo pelo CONTRATANTE, mediante aviso prévio de no mínimo 30 (trinta) dias, nos casos das rescisões decorrentes do previsto no inciso VIII, do art. 137, da Lei Federal nº 14.133/2021, sem que caiba ao CONTRATADO, direito à indenização de qualquer espécie.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado deste exercício, na dotação abaixo discriminada, conforme o caso:

15.1.1. Gestão/Unidade: 36100007 – GESTÃO DO TURISMO (GESTU) ;

15.1.2. Fonte de Recursos: 500 (TESOURO ESTADUAL) ;

15.1.3. Programa de Trabalho: 20988 – Manutenção dos Equipamentos Turísticos;

15.1.4. Elemento de Despesa: 339039 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA;

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES**

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

16.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS**

17.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, e demais normas estaduais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO**

18.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção a Lei nº 12.527/2011, regulamentada no Estado do Ceará pela Lei nº 15.175/2012.

### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

19.1. O modelo de gestão contratual consta no Termo de Referência, anexo a este contrato.

19.2. A execução contratual será acompanhada pelo(a) Gestor(a) do Contrato \_\_\_\_\_ (nome completo), CPF \_\_\_\_\_, representante especialmente designado(a) para este fim, ou pelo(a) respectivo(a) substituto(a).

19.3. A execução contratual será fiscalizada pelo(a) Fiscal(a) do Contrato \_\_\_\_\_ (nome completo), CPF \_\_\_\_\_, representante especialmente designado(a) para este fim, ou pelo(a) respectivo(a) substituto(a).

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO**

20.1. Fica eleito o foro do município da sede do CONTRATANTE, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

E, por estarem de acordo, foi mandado lavrar o presente contrato, que está visado pela Assessoria Jurídica do CONTRATANTE, e do qual se extraíram 3 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, as quais, depois de lidas e achadas conforme, vão assinadas pelos representantes das partes e pelas testemunhas abaixo.

Local e data

(nome do representante)  
CONTRATANTE

(nome do representante)  
CONTRATADO

Testemunhas:

(nome da testemunha 1)  
RG:  
CPF:

(nome da testemunha 2)  
RG:  
CPF:

Visto:

(nome do(a) procurador(a)/assessor(a) jurídico(a) da CONTRATANTE)